

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

FERNANDA DOS SANTOS VARANDAS

**ANÁLISE DA DIREÇÃO ÉTICO POLÍTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NA
PERSPECTIVA DO PROJETO HEGEMÔNICO PROFISSIONAL**

FRANCA

2011

FERNANDA DOS SANTOS VARANDAS

**ANÁLISE DA DIREÇÃO ÉTICO POLÍTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NA
PERSPECTIVA DO PROJETO HEGEMÔNICO PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração – Serviço Social: Trabalho e Sociedade, linha de pesquisa – Serviço Social: Formação e Prática Profissional.

Orientador: Prof. Dr. Mário José Filho

**FRANCA
2011**

Varandas, Fernanda dos Santos

Análise da direção ético política do Assistente Social na perspectiva do projeto hegemônico profissional / Fernanda dos Santos Varandas. –Franca : [s.n.], 2011
100 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
Orientador: Mário José Filho

1. Assistentes sociais – Profissão. 2. Serviço Social – Aspectos políticos. 3. Ética profissional. I. Título

CDD – 361.0023

FERNANDA DOS SANTOS VARANDAS

**ANÁLISE DA DIREÇÃO ÉTICO POLÍTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NA
PERSPECTIVA DO PROJETO HEGEMÔNICO PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração – Serviço Social: Trabalho e Sociedade, linha de pesquisa – Serviço Social: Formação e Prática Profissional.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof. Dr. Mário José Filho

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca (SP), _____ de _____ de 2011.

Para meus queridos pais
Aparecido dos Santos
Varandas e Leonilda de
Fátima Varandas.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a meu Deus, que sempre esteve ao meu lado, nas minhas quedas, nas minhas fraquezas, nas lutas e controvérsias, vitórias e derrotas. Obrigado por este presente que agora me ofereces. Obrigado por tudo que vi, ouvi e aprendi. Obrigado pela graça. Obrigado pela Vida.

Aos meus pais, que desde o início sempre me apoiaram em minhas decisões e sempre me deram forças e esperança para suportar as dificuldades encontradas no caminho. Agradeço pela vida, pela educação e todos os princípios passados desde o nascimento. Se hoje posso concluir este curso, foi graças a vocês que mesmo quando ausentes, estavam presentes em meu coração.

Ao meu namorado Alexandre, pelo companheirismo, carinho, compreensão e principalmente pela sua disponibilidade e ajuda para a concretização deste sonho.

Ao Prof. Dr. Mário José Filho pela dedicação, incentivo, apoio, ensinamentos e saber compartilhado. Por me acompanhar em toda esta trajetória e processo de execução do trabalho, sempre com muita sabedoria, paciência e comprometimento. Meu muito obrigado.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste grandioso sonho.

A todas as profissionais, sujeitos da pesquisa...

“O destino não é freqüentemente inevitável, mas uma questão de escolha. Quem faz escolhas, escreve sua própria história, constrói seus próprios caminhos”.(Autor Desconhecido).

Muito Obrigada!

*“Eu tropeço no possível, e não desisto de
fazer a descoberta do que tem
dentro da casca do impossível”.*

(Calos Drummond de Andrade)

VARANDAS, Fernanda Varandas. **Análise da direção ético política do assistente social na perspectiva do projeto hegemônico profissional.** 2011. 100 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

RESUMO

Este trabalho constitui-se em um estudo sobre os rumos sócio-históricos do Serviço Social, bem como os movimentos que traçaram os processos de transformação da profissão. Apresenta os marcos e momentos históricos da profissão, iniciando com o conhecimento prévio sobre o Serviço Social no Brasil nas décadas de 30 e 40. Este período marca um acontecimento importante no desenvolvimento da profissão, vincado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional. É neste processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando Projeto Ético Político Profissional. Também destaca as lutas enfrentadas pelos assistentes sociais na busca por legitimidade através do movimento de reconceituação, reconhecimento do Projeto Hegemônico Profissional, lei de regulamentação da profissão, código de ética profissional e diretrizes curriculares. Neste sentido, com os processos sociais, imersos pelo agravamento das múltiplas expressões da questão social e acumulação de capital, é possível atestar o crescimento da demanda por serviços sociais, bem como a imposição de critérios cada vez mais restritivos nas possibilidades da população ter acesso aos direitos sociais. Então há que se refletir a importância do profissional de Serviço Social competente e compromissado com a população usuária, através da prestação de serviços de qualidade e que atendam as reais necessidades dos sujeitos envolvidos, uma vez que ser competente é pensar em ações de caráter interventivo, criativo, propositivo, inovador. É requerer os olhos bem abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar de sua recriação. O conciso trabalho tem por objetivo oferecer elementos que contribuam para a compreensão e a implementação desse projeto na sociedade contemporânea, bem como identificar como se dá a materialização e efetivação do Projeto Ético Político de Serviço Social no exercício profissional dos assistentes sociais. Há também que se conhecer e analisar a prática profissional do Serviço Social, através dos rumos éticos políticos da prática profissional do Serviço Social na efetivação de direitos sociais, verificando a operacionalidade do Projeto Ético Político no exercício profissional, à partir da articulação e aplicabilidade das três dimensões da profissão: teórico – metodológica, ético - política e técnico – operativa. Este estudo caracteriza-se uma pesquisa bibliográfica e de campo, de natureza exploratória e qualitativa, realizada com seis profissionais que atuam em campos ligados à Prefeitura Municipal da Estância Turística de Igarapu do Tiete, sendo dois sujeitos do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, três da Secretaria Municipal de Assistência Social e um da Secretaria Municipal de Saúde. Quanto à metodologia baseou-se na observação sistemática, entrevista por pautas, realizada através de perguntas diretas e o grupo focal, com o intuito de aprofundar algumas questões que não apresentaram clareza na entrevista, ou seja, como complemento à entrevista, sendo este o instrumento central a ser analisado e amostragem intencional. Em relação aos resultados da

pesquisa, foi possível entender que as transformações ocorridas a partir da década de 1990 no Serviço Social têm demandado novas habilidades e competências, impulsionando a categoria profissional para uma atuação diferenciada. Assim, identifica-se a pesquisa como foco central na materialidade do Projeto Ético Político na prática profissional, possibilitando a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social, suscitando respostas para a identificação, apreensão da realidade e objetivações concretas das mediações históricas a que os profissionais Assistentes Sociais estão desafiados no mundo do trabalho. Neste sentido o trabalho apresenta a relevância e contribuição da fundamentação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, como condição para o pleno exercício profissional.

Palavras-chave: projeto ético político profissional. serviço social. exercício profissional. assistente social.

VARANDAS, Fernanda dos Santos. **Analysis of the ethical management of social assistant in view of hegemonic project professional.** 2011. 100 p. Dissertation (Masters in Social Service) - Faculty of Humanities and Social Sciences, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2011.

ABSTRACT

This work constitutes a study on the socio-historical paths of Social Work, as well as movements that traced the processes of transformation of the profession. Presents the marches and historical moments of the profession, starting with the prior knowledge about the Social Service in Brazil in the 30s and 40s. This period marks an important event in the development of the profession, especially the creased face and terminating the professional conservatism. It is this process of rejection and criticism of conservatism that are the roots of a new professional design, just the basics of what it is calling Political Professional Ethics Project. It also highlights the struggles faced by social workers in the search for legitimacy through the reconceptualization of movement, recognition of Hegemonic Project Professional, the law regulating the profession, code of professional ethics and curriculum guidelines. In this sense, to social processes, dumped by the deterioration of multiple determinants of social and capital accumulation, can attest to the growing demand for social services, as well as the imposition of increasingly restrictive criteria in the possibilities of the population have access to social. Então rights we have to reflect the importance of professional Social Work competent and committed to user population, by providing quality services that meet real needs of those involved, since it is thought to be competent in stock interventionist character, creative, purposeful, innovative. It requires eyes wide open for the contemporary world to decipher it and participate in its rebuilding. The concise paper aims to provide elements that contribute to understanding and implementing this project in contemporary society, and to identify ways in which the materialization and realization of the Project Political Ethics of Social Work as a professional social workers. We must also understand and analyze the professional practice of social work through the political direction of ethical professional practice of social work in the realization of social rights by checking the operability of the Project Political Ethics in professional practice, to the articulation and application of three dimensions of the profession: a theoretical - methodological, ethical - political and technical - operative. This study characterized a literature search and field, exploratory and qualitative, with six professionals working in fields related to the Municipal Office of Tourism Igarapu Tiete, two subjects in the Reference Center for Social Services - CRAS Three of the Municipal Social Welfare and the Municipal Department of Health The methodology was based on systematic observation, interview guidelines, conducted through direct questions and focus groups, in order to discuss some issues not presented clearly in the interview, or as a complement to the interview, which is the central tool to analyze and purposive samples. Regarding the results of the research was possible to understand that the changes from the 1990's in Social Work have demanded new skills and competencies, fostering the professional category for a differentiated performance. Thus, it identifies research as a central focus on the materiality of the

Draft Political Ethics in professional practice, allowing us to understand the problems and challenges that it faces in the professional world of production and reproduction of social life, posing answers to the identification, apprehension of reality and the historical mediations objectivations concrete to wich practitioner are challenged social workers in the workplace. In this sense, the work shows the relevance and contribution of the theoretical-methodological, ethical-political and technical-operative as a condition for the full exercise professional.

Keywords: political professional éthics project. social service. professional practice. social assistant.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Critérios de Formação dos Grupos.....	63
Quadro 2 - Identidade das profissionais entrevistadas.....	71
Quadro 3 - Exercício Profissional e tempo de atuação.....	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa geométrica de crescimento anual da população	61
Gráfico 2 - Condições de vida e renda per capita – 2000.....	64

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPRS	Índice Paulista de Responsabilidade Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PAIF	Programa de Atenção Integral às Famílias
PMAS	Plano Municipal de Assistência Social
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1	
OS FUNDAMENTOS SÓCIO HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL.....	18
1.1 O legado da reconceituação.....	21
1.2 O processo de renovação crítica do Serviço Social Brasileiro à partir da década de 1980.....	26
1.3 A construção do projeto ético político do Serviço Social e a nova direção social da profissão.....	28
1.4 As diretrizes curriculares.....	35
1.5 Lei de regulamentação da profissão (Lei 8.662 de 07 de junho de 1993).....	41
1.6 O código de ética do Serviço Social (resolução do CFESS 273/93 – de 13 de março de 1993).....	43
CAPÍTULO 2	
A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO AGIR PROFISSIONAL.....	49
2.1 A direção ético-política do trabalho profissional na contemporaneidade.....	49
2.2 A questão da competência profissional.....	54
CAPÍTULO 3	
CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	60
3.1 Caracterização do município de Igarapu do Tietê.....	60
3.1.1 História da cidade.....	60
3.1.2 Aspectos demográficos e geográficos.....	61
3.1.3 Aspectos Econômicos.....	62
3.1.4 Aspectos Sociais.....	62
3.2 Pesquisa: considerações preliminares.....	64
3.2.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa.....	69

CAPÍTULO 4

IMPORTÂNCIA E COMPREENSÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DE SERVIÇO SOCIAL NA PRÁTICA DO ASSISTENTE

SOCIAL.....	76
4.1 Importância e compreensão do projeto ético político do Serviço Social.....	77
4.1.1 Materialização do projeto ético político na atuação profissional.....	79
4.1.2 Eficácia e eficiência do projeto ético político na sociedade.....	82
4.1.3 Reflexão sobre a profissão durante o processo de formação acadêmica.....	84
4.1.4 Desafios do mundo do trabalho para a atuação profissional.....	86
4.1.5 Identidade e legitimação profissional.....	87
4.1.6 Dicotomia entre discurso e prática.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS.....	100
APÊNDICES	
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	104
APÊNDICE B – ROTEIRO DO GRUPO FOCAL.....	106
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	107

INTRODUÇÃO

A emergência da profissão de Serviço Social na sociedade industrializada está associada à intervenção do Estado, se institucionalizando e se legitimando no Brasil a partir de 1930, como um dos recursos mobilizados pelo Estado e empresariado com o suporte da Igreja Católica.

Para analisá-la como parte das transformações históricas da sociedade presente, é necessário transpor o universo estritamente profissional, isto é, romper com uma visão endógena da profissão, prisioneira em seus muros internos. E buscar entender como essas transformações atingem o conteúdo e direcionamento da própria atividade profissional, as condições e relações de trabalho nas quais se realiza, afetando as atribuições, competências e requisitos da formação do assistente social.

A luta dos profissionais de Serviço Social na busca pelo crescimento e conquista de novos ideais na sociedade, foi sendo mostrada com o passar dos anos em cada marco da profissão, sendo estes o movimento de reconceituação, reconhecimento do Projeto Hegemônico Profissional, Código de Ética da profissão e lei que regulamenta a profissão de Serviço Social.

Neste sentido, com os processos sociais, imersos pelo agravamento das múltiplas expressões da questão social e acumulação de capital, é possível atestar o crescimento da demanda por serviços sociais, bem como a imposição de critérios cada vez mais restritivos nas possibilidades da população ter acesso aos direitos sociais.

Então há que se refletir a importância do profissional de Serviço Social comprometido com a população usuária, através da prestação de serviços de qualidade e que atendam as reais necessidades dos sujeitos envolvidos, uma vez que ser competente é pensar em ações de caráter interventivo, criativo, propositivo, inovador. É requerer os olhos bem abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar de sua recriação.

Enfatizando a realidade profissional, considera-se que diversas contradições e limites estão presentes na ação profissional, oriundos da própria inserção do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho hoje vigente. Porém, é preciso ressaltar que em qualquer espaço ocupacional é possível e exequível uma prática comprometida com o projeto ético-político da profissão, desde que o assistente

social tenha um alinhamento teórico político com tal projeto.

Esta dissertação apresenta a seguinte estrutura:

No capítulo 1 realiza-se um breve histórico dos fundamentos sociais da profissão, bem como os momentos de luta e ruptura com o Serviço Social tradicional e conservador, traçando os pontos relevantes à profissão como o movimento de reconceituação, o processo de renovação crítica da profissão. Abordamos ainda as reais conquistas da profissão como a construção do Projeto Ético Político a partir dos anos 80, o código de ética profissional (Resolução do CFESS 273/93 – de 13 de março de 1993), a lei de regulamentação da profissão (Lei 8.662 de 07 de junho de 1993) e as novas diretrizes curriculares.

No capítulo 2 aponta-se a construção de um novo agir profissional, pautados nos movimentos de luta e transformações da profissão ocorridas nos anos 80 e 90, através de apontamentos sobre as direções ético políticas, teórico metodológicas e técnico operativas do trabalho profissional na contemporaneidade.

Aprofunda-se ainda a discussão sobre a questão da competência profissional, quando que para orientar todo este trabalho profissional nos rumos aludidos é necessário um perfil profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar, recriar propostas que venham de encontro com as reais necessidades trazidas pelos sujeitos sociais. Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo, mas também que seja versado do instrumental técnico-operativo, capaz de realizar ações profissionais estimuladoras da participação dos usuários nos programas e serviços sociais.

O capítulo 3 constitui-se da caracterização do município de Igarapu do Tiete – SP, através dos aspectos demográficos, econômicos e sociais, quando apresenta-se gráficos e quadros demonstrativos sobre o município citado.

Na seqüência, realizam-se algumas considerações preliminares sobre o que é pesquisa, quando em seguida apresenta-se o lócus da mesma, informa-se a motivação que despeitou o desejo de realizar esse estudo e fazer a configuração do objeto de análise, além de explicar o processo de construção da metodologia aplicada, ou seja, o campo empírico desta pesquisa, os quais foram o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde, todos os campos ligados à Prefeitura Municipal de Igarapu do Tietê. Opta-se realizar a pesquisa nestes locais, por se tratarem de espaços os quais contam com a presença de profissionais de Serviço Social,

sujeitos ora pesquisados neste trabalho.

Foi escolhido a abordagem qualitativa e amostragem intencional, através de entrevista, observação sistemática e grupo focal, quando este último foi o foco de análise, sendo um complementar às entrevistas aplicadas e que necessitavam de uma reflexão e aprofundamento maior.

Dessa maneira, se obteve um total de seis sujeitos na entrevista e desses seis, apenas quatro participaram do grupo focal, sendo que havia pelo menos um representando de cada espaço solicitado para a pesquisa, sem prejuízo de resultados.

Ainda neste capítulo, realiza-se a caracterização dos sujeitos da pesquisa, quando utilizamos como base as entrevistas aplicadas, visando conhecer mais amplamente cada sujeito pesquisado.

O capítulo 4 trata-se da análise do conteúdo evidenciado no grupo focal. Adota-se através do foco sobre a importância e compreensão do projeto ético Político Profissional, seis categorias de análise, subdivididas em:

- Materialização do Projeto Ético Político na atuação profissional;
- Eficácia e eficiência do Projeto Ético Político na sociedade;
- Reflexão sobre a profissão durante o processo de formação acadêmica;
- Desafios do mundo do trabalho para a atuação profissional;
- Identidade e legitimação profissional;
- Dicotomia entre discurso e prática;

Por último, apresenta-se as considerações finais, visando a reflexão sobre todo o trabalho e pesquisa ora apresentada ao longo deste estudo.

CAPÍTULO 1

OS FUNDAMENTOS SÓCIO HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho, bem como na estruturação de um mercado de trabalho particular, resultante de relações históricas, sociais, políticas e econômicas que moldam sua necessidade social e definem os seus usuários.

Evidenciando o início do Serviço Social, observa-se a centralidade da categoria de trabalho no debate contemporâneo da profissão, propondo uma leitura, apoiada na perspectiva teórico-metodológica de Marx, sobre o Serviço Social e sua inserção em processos de trabalho, bem como o cenário atual e suas incidências na questão social, do redimensionamento da profissão diante das alterações societárias e no mundo do trabalho.

Desta forma, entende-se que hoje essa realidade estaria historicamente superada, exigindo uma nova teoria sobre o próprio objeto da sociologia. Não é possível desconhecer a crescente diferenciação ou heterogeneidade das formas de trabalho remunerado e das classes trabalhadoras, sem observar a retratação da demanda do trabalho industrial e agrícola e o crescimento relativo da capacidade de absorção do setor de serviços.

Constata-se também, a convivência de formas de trabalho assalariado como o trabalho autônomo, doméstico, clandestino e as múltiplas expressões de precarização dos vínculos e relações de trabalho, desemprego e a exclusão de contingentes expressivos de trabalhadores na inserção e re-inserção no mundo do trabalho, tornando-se estreita a relação à oferta de força de trabalho disponível, fazendo crescer a pobreza e a miséria, comprometendo os direitos sociais e o direito à própria vida.

Então, somente na intercorrência deste conjunto de processos econômicos, sócio-políticos e teórico-culturais que se tangencia nas seções precedentes de exploração e alienação é que se instaura o Serviço Social como profissão.

Sendo as múltiplas expressões da questão social o objeto sobre o qual incide o trabalho profissional, é importante reconhecer que uns dos aspectos centrais da questão social, hoje, são a ampliação do desemprego e a ampliação da precarização das relações de trabalho.

O Serviço Social tem em sua gênese, na sociedade capitalista monopolista, mediante as necessidades da divisão sócio-técnica do trabalho, marcado por um conjunto de variáveis que vão desde a alienação, a contradição ao antagonismo. Neste contexto, no Brasil, o Serviço Social buscou afirmar-se historicamente como uma prática de cunho humanitária, através da legitimação do Estado e da proteção da Igreja, a partir da década de 1940.

O Conservadorismo profissional pode ser identificado na prática profissional desta época, onde ação profissional consistia em forma de intervir na vida dos trabalhadores, ainda que sua base fosse à atividade assistencial; porém seus efeitos eram essencialmente políticos: através do “[...] enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mutua colaboração entre capital e trabalho” (IAMAMOTO, 2004, p. 20).

Conforme Iamamoto (2004, p. 20-21) observa-se que diferentemente da caridade tradicional, que se limitava à reprodução da pobreza, a profissão propõe: uma ação educativa, preventiva e curativa dos problemas sociais através de sua ação junto às famílias trabalhadoras, diferentemente da assistência pública, por desconhecer a singularidade e as particularidades dos indivíduos, o Serviço Social passa a orientar a individualização da proteção legal, entendida como assistência educativa adaptada aos problemas individuais, uma ação organizativa entre a população trabalhadora, dentro da militância católica, em oposição aos movimentos operários que não aderiram ao associativismo católico.

Iamamoto e Carvalho (1988, p. 221-222) conceituam o conservadorismo profissional como:

[...] uma forma de intervenção ideológica que se baseia no assistencialismo como suporte de uma atuação cujos efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento das populações pobres e carentes, o que engloba o conjunto das classes exploradas. Não pode também ser desligado do contexto mais amplo em que se situa a posição política assumida e desenvolvida pelo conjunto do bloco católico: a estreita aliança com o „fascismo nacional”, o constituir-se num polarizador da opinião de direita através da defesa de um programa profundamente conservador, a luta constante e encarniçada contra o socialismo, a defesa intransigente das relações sociais vigentes.

Com o processo de desenvolvimento econômico no Brasil principalmente o desenvolvimento da indústria automotiva na década de 1950, as mazelas da “questão social”, demandaram aos assistentes sociais uma ação profissional, de abordagem individual, grupal e de comunidade.

A partir da incorporação teórica e metodológica da abordagem comunitária no Serviço Social, os profissionais passaram a sentir maior sensibilidade no tocante às questões macros sociais, além disso, esta forma de intervenção estava mais consoante com as necessidades e as características de uma sociedade como a brasileira – onde a questão social tinha magnitude elementarmente massiva. Esta nova realidade profissional vai marcar o início da erosão das bases do Serviço Social “tradicional”, no qual o assistente social quer investir na condição de agente de mudança.

Neste contexto Paulo Netto (2005, p. 139), aponta 3 elementos relevantes para a erosão do Serviço Social tradicional:

1. O reconhecimento de que a profissão ou se sintoniza com as solicitações de uma sociedade em mudança e em crescimento ou se arrisca a ver seu exercício profissional relegado a um segundo plano;
2. levanta-se a necessidade de aperfeiçoar o aparelhamento conceitual do Serviço Social e de elevar o padrão técnico, científico e cultural dos profissionais desse campo de atividade;
3. a reivindicação de funções não apenas executivas na programação e implementação de projetos de desenvolvimento.

Entretanto, ainda não é possível identificar abertamente uma crise do Serviço Social tradicional, isto só foi possível nos anos subseqüentes com o rebatimento de quatro fatores específicos na categoria profissional, quando segundo Paulo Netto (2005, p. 140) aponta:

1. Amadurecimento profissional e a sua relação em equipes multiprofissionais;
2. Desligamento de segmentos da Igreja Católica mais tradicional e a imersão de grupos católicos mais progressistas;
3. Participação do movimento estudantil nas escolas de Serviço Social;
4. O referencial próprio de parte significativa das ciências sociais do período, imantada por dimensões críticas e nacional – populares.

Mediante aos fatores aqui expostos, Miranda e Cavalcanti (2005, p. 7) destacam que se deu uma “[...] crise ideológica, política e de eficácia na categoria profissional, na qual o Serviço Social questionava a sua burocratização”, “[...] seu caráter importado e sua ligação com as classes dominantes.” Consequentemente foi apontado três projetos para a profissão: A manutenção da matriz conservadora e tradicional; Uma modernização conservadora; E a ruptura com o conservadorismo, projeto este, herdado pelo movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina.

1.1 O legado da reconceituação

O movimento de reconceituação foi um movimento que aconteceu nos países latinos americanos (Chile, Argentina, Peru e Uruguai), segundo Faleiros (1981), consistiu em um movimento de crítica ao positivismo e ao funcionalismo e a fundamentação da visão marxista na história e estrutura do Serviço Social.

No Chile, segundo Faleiros a participação do movimento estudantil no enfrentamento político global, e especificamente no Serviço Social, é de extrema relevância, o que acarretou na reorganização da escola de Serviço Social, cujo objetivo foi de “[...] transformar as práticas do Serviço Social, iniciando, impulsionando novas práticas a partir dos estágios, e nas instituições num novo dimensionamento teórico- político” (FALEIROS, 1981, p.114).

Este direcionamento profissional não aconteceu alheio às relações sociais, muito pelo contrário, uma vez que, os estágios curriculares aconteciam dentro das “[...] indústrias, institutos de reforma agrária, sindicatos, centro sociais urbanos”, revelando, portanto, um “novo contexto social e político em que as forças populares dos operários, camponeses e movimentos urbanos estavam em fase de ascensão” (FALEIROS, 1981, p. 114).

Em meio às lutas de classes, e reivindicações dos trabalhadores e movimentos sociais, a escola de Serviço Social no Chile, “[...] passou a organizar o ensino do Serviço Social numa nova dinâmica de alianças com as forças de transformação Social, dentro do projeto popular de construção de uma sociedade socialista” (FALEIROS, 1981, p. 114); para isso foi necessário um compromisso da profissão com a classe trabalhadora, o que caracterizou segundo Faleiros “[...] numa

ruptura com o Serviço Social paternalista ou meramente desenvolvimentista” (FALEIROS, 1981, p. 115).

O movimento de reconceituação trouxe para os assistentes sociais a identificação político-ideológica da existência de lados antagônicos – duas classes sociais antagônicas – dominantes e dominados, negando, portanto a neutralidade profissional, que historicamente tinha orientado a profissão. Esta revelação abriu na categoria a possibilidade de articulação profissional com o projeto de uma das classes, dando início ao debate coletivo sobre a dimensão política da profissão.

Neste contexto podemos afirmar que o movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina constituiu-se numa expressão de ruptura com o Serviço Social tradicional e conservador; e na possibilidade de uma nova identidade profissional com ações voltadas às demandas da classe trabalhadora cujo eixo de sua “[...] preocupação da situação particular para a relação geral – particular”, e passa a ter “uma visão política da interação e da intervenção” (FALEIROS, 1981, p. 133).

O movimento de reconceituação se cria e se desenvolve a partir da identificação político-ideológica da profissão pelo capital e da negação de uma prática conservadora do Serviço Social, afirmando um compromisso político com a classe subalterna. (SILVA, 1995, p. 86).

Outrossim, o movimento de reconceituação do Serviço Social latino americano trouxe para o Serviço Social brasileiro contribuições que foram decisivas no processo de aceleração da ruptura do Serviço Social tradicional.

O processo de renovação crítica do Serviço Social tem sua marca atrelada ao circuito sócio-político e histórico da América Latina anos de 1960; período marcado pela efervescência dos movimentos sociais, determinado tanto pela crise mundial do padrão de acumulação capitalista, gerados após a II Guerra, como à inserção dos países latinos na nova divisão internacional do trabalho com a implantação da política econômica desenvolvimentista que veio para ampliar as contradições e as desigualdades sociais. Em meio a toda essa efervescência política, destaca-se ainda os impactos da Revolução Cubana e os movimentos políticos vinculados ao socialismo e ao marxismo como a experiência do Chile.

Todos estes fatores foram decisivos na inquietação dos assistentes sociais quanto o seu papel profissional mediante as expressões da questão social. As ações profissionais passaram a ser questionadas quanto a sua eficácia mediante a

realidade social brasileira, assim como os fundamentos teóricos e metodológicos que fundamentavam sua prática, o que resultou na união de um grande grupo heterogêneo de profissionais “[...] interessados em promover efetivamente o desenvolvimento econômico e social”, marcando assim os primeiros passos para a renovação profissional. (PAULO NETTO, 2005, p. 10). Este grupo heterogêneo de assistentes sociais estava composto por dois segmentos. O primeiro apontava para uma adaptação ou renovação do Serviço Social frente a uma nova realidade, segundo Paulo, este grupo (rigorosamente desenvolvimentistas) apostava na possibilidade de modernizar o Serviço Social atrelado aos projetos desenvolvimentistas. O segundo grupo era formado por jovens radicais que almejavam a “[...] ruptura com o passado profissional, de modo a sintonizar a profissão com os projetos de ultrapassagem das estruturas sociais de exploração e dominação” (PAULO NETTO, 2005, p. 10).

Como a reconceituação surgiu em nível de América Latina, apesar do reconhecimento das diferenças e peculiaridades dos países que constituem esse bloco continental, a problemática do referido movimento tende a ser considerada em sua totalidade, e apesar de ele ser a nível continental os questionamentos de cada país assumem características específicas, de acordo com os elementos qualitativos próprios de cada realidade nacional.

Este movimento constituiu-se num esforço para o desenvolvimento de propostas de ação profissional condizentes com a realidade latino-americana, a qual é permeada pelas pressões sociais e demandas dos setores populares, marcado pelo acirramento das desigualdades de classes e das questões sociais em face da acumulação capitalista.

Observa-se que este processo parte de uma perspectiva hegemônica, impondo aos assistentes sociais a ruptura com o caráter conservador, e coloca como proposta uma revisão crítica em nível teórico-metodológico, no sentido de fomentar uma ação articulada com as lutas dos segmentos populares, tendo como perspectiva a transformação social.

Segundo Macêdo (1986, p. 24) “[...] os assistentes sociais chegaram a reconhecer o Serviço Social como um produto de concepção positivista do conhecimento e da ciência.”

Assim, essa ligação ao positivismo atribuiu ao Serviço Social uma dedicação maior no que diz respeito à operacionalização das verdades descobertas pela

Psicologia e Sociologia. Isso ocasionou uma grande dicotomia entre a teoria e prática no âmbito profissional e uma maior valorização dos aspectos metodológicos.

Todas as preocupações da profissão se prendiam aí, a uma melhor elaboração de seus métodos básicos. A significação atribuída as novas epistemologias, sempre alertas ao julgamento da atividade científica deu início ao movimento de reconceituação.

De acordo com Macêdo, (1986, p. 25):

[...] ao processo de Reconceituação do Serviço Social, em franco desenvolvimento, conduz a constatação de que tal processo não pode ser tomado como resultante de uma crise interna e isolada do próprio Serviço Social como disciplina profissional, mas, ao contrário, ele reflete toda uma linha de questionamento da própria ciência social em seu processo de constituição, traduzindo as influências das mais diferentes correntes epistemológicas contemporâneas.

Para evidenciar este grande movimento, a mesma autora ressalta que:

A Reconceituação do Serviço Social surge como um movimento de revisão e crítica, a década de 60, com pretensões a romper com esse metodologismo e essa dicotomia entre teoria e prática, que caracterizavam o Serviço Social de origem norte-americana. Desta forma, a Reconceituação teve como ponto de partida ou propósito de romper com o Serviço Social tradicional (MACÊDO, 1986, p. 25).

Apesar de já ter se consagrado como um movimento, a reconceituação do Serviço Social não se apresenta como um bloco unitário de idéias; pelo contrário, manifesta-se através de diferentes orientações teóricas que originam concepções distintas e, às vezes antagônicas de Serviço Social.

Vale salientar que no movimento de reconceituação, ao tomar direções distintas, como ponto de partida, devem ser considerados não só os marcos de referencia teórica que embasam cientificamente a profissão, como também a realidade social que caracteriza a América Latina de modo especial.

A ação do Serviço Social, fundamentando-se num conhecimento da realidade onde vai intervir, conseqüentemente envolverá uma ideologia que conduzirá sua ação. Então este legado da reconceituação é importante para a profissão, pois levou os profissionais a tomarem consciência da necessidade de uma análise interpretativa da realidade social latino - americana.

Este movimento busca romper com as concepções que prevaleciam no âmbito da profissão e que já não respondia à problemática da América Latina. A partir dela, veio a ser discutida a necessidade de um compromisso do Serviço Social com as massas desprotegidas. Esse compromisso passou a exigir segundo Silva (1982, p. 55) uma redefinição da ação profissional, o que implica novas proposições conceituais, metodológicas e práticas, a fim de que tal propósito fosse atingido.

Faleiros (1981) exemplifica muito bem a construção de um esforço de ruptura do Serviço Social. Situa-se na realidade chilena, onde se verificava uma profunda renovação do pensamento latino-americano sobre o Serviço Social. Tratava-se de um contexto de profunda mobilização popular que buscamos refletir, repensando novas formas de atuação e compromisso.

Por esta razão, o Serviço Social, ao intervir numa realidade, não pode prescindir de uma teoria que lhe possa dar elementos para que o fato de sua intervenção venha a atingir os fins a que se propõe. Se sua ação se volta para o homem concreto, inserido numa dada realidade, o conhecimento desta realidade, ao exigir uma teoria que embasa a ação, envolve ainda uma opção ideológica do assistente social, o que o leva a desenvolver seu trabalho com maior eficácia.

Não se pode negar que, sua ação requer uma visão crítica de mundo. Só assim esta pode ser tida como capaz de promover mudanças e situar o homem como o centro deste processo social de mudança.

A reconceituação levou os profissionais do Serviço Social a tomarem consciência de que a validade da ação profissional depende de uma correta análise e síntese diagnosticas da realidade social, quando os recursos teóricos passaram a ser privilegiados nessa nova busca para a profissão.

Ao ser abordado o Serviço Social nesta nova visão, sente-se que a ação profissional passa a ser concebida tendo como suporte teórico um novo marco conceitual que a orienta, cuja marca implica na não neutralidade da ação profissional e a possibilidade de estabelecimento de vínculo orgânico dos profissionais com as classes populares, na perspectiva de transformação social.

1.2 O processo de renovação crítica do Serviço Social Brasileiro á partir da década de 1980

O processo de renovação crítica do Serviço Social é também conhecido como o processo de ruptura do Serviço Social com o tradicionalismo profissional. Este processo não aconteceu de imediato, mas iniciou-se a partir de questionamentos e reflexões críticas acerca do seu conteúdo metodológico e da sua prática profissional, explicitando assim, os conflitos e contradições existentes, configurando novas possibilidades de ação voltadas para a classe trabalhadora.

Entretanto, a ditadura militar instalada no Brasil em 1964 e posteriormente nos demais países da América Latina, estagnou o processo de Reconceituação do Serviço Social na América Latina que já havia 10 anos de efervescência.

Em meados dos anos 1970:

[...] a renovação profissional materializada na reconceituação viu-se congelada: seu processo não decorreu por mais de uma década. E seu caso não se deveu a qualquer esgotamento ou exaurimento imanente; antes, foi produto da brutal repressão que então se abateu sobre o pensamento crítico latino-americano. (PAULO NETTO, 2005, p. 10).

Porém, essa herança da reconceituação foi à base para a renovação crítica do Serviço Social brasileiro na década de 1980, pois mesmo contida e pressionada nos limites de uma década, a reconceituação marcou o Serviço Social latino-americano, podendo apontar, segundo Paulo Netto (2005, p. 11- 12). pelo menos quatro conquistas decorrentes desta época no Brasil:

1. Intercambio e interação profissionais com outros países “que respondessem as problemáticas comuns da América Latina, uma unidade construída autonomamente, sem as tutelas confessionais ou imperialistas”;
2. A explicitação da dimensão política da ação profissional;
3. A interlocução crítica com as ciências sociais: com a reconceituação incorpora-se a crítica ao tradicionalismo, lançando as bases para “uma nova interlocução do Serviço Social com as ciências sociais, abrindo-se a novos fluxos (inclusive da tradição marxista) e sincronizando-se com tendências diversificadas do pensamento social então contemporâneo;
4. A inauguração do pluralismo profissional: a reconceituação concedeu carta de cidadania a diferentes concepções acerca da natureza, do objeto, das funções, dos objetivos e das práticas do Serviço Social, inclusive como resultado do recurso a diversificadas matrizes teórico-metodológicas.

A principal conquista do movimento de reconceituação foi à recusa dos assistentes sociais em caracterizar-se exclusivamente em agentes técnicos executores das políticas sociais. Através do processo de requalificação, principalmente com a introdução destes profissionais no âmbito da pesquisa acadêmica, foi possível romper com a “[...] divisão consagrada de trabalho entre cientistas sociais (os teóricos) e assistentes sociais (os profissionais da prática)” (PAULO NETTO, 2005, p. 12)

Paulo Netto (2005, p.16) destaca que no Brasil os impactos da reconceituação foram peculiares:

[...] o deslocamento do “serviço Social tradicional” por viés desenvolvimentista-modernizante tornou compatível à renovação do Serviço Social com as exigências próprias do projeto ditatorial e permitiu a consolidação de um perfil profissional bastante diverso do tradicionalismo.

Paradoxalmente a ditadura militar, que no Brasil proporcionou o fortalecimento do conservadorismo no interior da profissão, foi também responsável no primeiro momento a uma renovação modernizadora da profissão, ainda que sob uma direção fascista imposta por esta conjuntura, possibilitou também a emergência da renovação da categoria profissional, dando início ao processo de ruptura profissional, em ressonâncias das tendências que, na Reconceituação, apontavam para uma crítica radical ao tradicionalismo.

Com a reativação dos movimentos sociais e operário- sindical em meados dos anos de 1970 a 1980, em meio ao clima político de discussão e de luta pela redemocratização do país, a cultura crítica é favorecida e assumida pelos setores profissionais. No Serviço Social, este contexto é responsável pelo impulso ao processo de ruptura com o tradicionalismo, em uma parcela de assistentes sociais, que passam a investir tanto na organização da categoria profissional como na formação acadêmica, com a elaboração teórica e metodológica orientada pelo método dialético marxista.

Conforme Paulo Netto (2005, p. 17):

[...] o desenvolvimento de uma perspectiva crítica, tanto teórica quanto prática, que se constituiu a partir do espírito próprio da Reconceitualização. Não se tratou de uma simples continuidade das idéias reconceitualizadas, [...] antes, o que se operou foi uma retomada da crítica ao tradicionalismo a partir das conquistas da reconceitualização.

O processo de ruptura só foi possível a partir da abertura política, uma vez que a ditadura militar dos anos anteriores havia imposto inúmeras dificuldades políticas para que o movimento de ruptura acontecesse. Vale ressaltar que este pensamento não era hegemônico, uma vez que muitos profissionais permaneciam atuando sob a égide das orientações modernizadoras e com a reatualização do conservadorismo, cujo referencial teórico - filosófico predominante era a fenomenologia.

Vale destacarmos que o processo de ruptura teve seus primeiros passos através da academia, pois em meio à ditadura militar-fascista, era este o espaço profissional possível e menos inseguro, para o desenvolvimento do pensamento crítico marxista, não só em sala de aula, mas também através dos projetos de pesquisa e extensão, possibilitando assim uma maior aproximação com a prática profissional.

Todo esse processo ora apresentado resulta na construção de um novo projeto ético – político profissional, vinculado a um projeto societário, propondo uma nova ordem social, voltado à equidade e a justiça social, numa perspectiva de universalização dos acessos aos bens e serviços relativos às políticas sociais. Neste contexto a profissão busca o compromisso com a classe trabalhadora, através do aprimoramento intelectual, baseada na qualificação acadêmica e alicerçada na concepção teórico-metodológica crítica e sólida.

1.3 A construção do projeto ético político de Serviço Social e a nova direção social da profissão

A década de 1980 foi extremamente fértil na definição de rumos técnico-acadêmicos e políticos para o Serviço Social. Hoje existe um projeto profissional, que aglutina segmentos significativos de Assistentes Sociais no país, amplamente discutido e coletivamente construído ao longo das duas últimas décadas, neste sentido buscamos Yamamoto (2005, p. 50) que cita:

Esse projeto de profissão e de formação profissional, hoje hegemônico, é historicamente datado. É fruto e expressão de um amplo movimento da sociedade civil desde a crise da ditadura, afirmou o protagonismo dos sujeitos sociais na luta pela democratização da sociedade brasileira. Foi no contexto de ascensão e aprovação da Carta Constitucional de 1988, das pressões populares que redundaram no afastamento do Presidente Collor – entre outras manifestações -, que a categoria dos assistentes sociais foi sendo questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil. E os assistentes sociais não ficaram a reboque desses acontecimentos. Ao contrário, tornaram-se um dos seus co-autores, co-participantes desse processo de lutas democráticas na sociedade brasileira. Encontra-se aí a base social da reorientação da profissão nos anos 1980.

Desde os anos de 1970, o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto profissional comprometido com os interesses das classes trabalhadoras. A chegada dos princípios e idéias do movimento de reconceituação, deflagrado nos diversos países latino-americanos, somada à voga do processo de redemocratização da sociedade brasileira, formaram o chão histórico para a transição para um Serviço Social renovado, através de um processo de ruptura teórica, política (inicialmente mais político-ideológica do que teórico-filosófica) com os quadrantes do tradicionalismo que imperavam entre nós. Este mesmo projeto avançou nos anos de 1980, consolidou-se nos 90 e está em construção, fortemente tensionado pelos rumos neoliberais da sociedade e por uma nova reação conservadora no seio da profissão na década que transcorre.

O avanço do projeto nos anos de 1980 deveu-se à construção de elementos, dentre eles, o Código de Ética de 1986. Nele houve o coroamento da virada histórica promovida pelas vanguardas profissionais. Tratou-se da primeira tentativa de tradução não só legítima como legal (através do órgão de fiscalização profissional, o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), hoje CFESS) da inversão ético-política do Serviço Social brasileiro, amarrando seus compromissos aos das classes trabalhadoras. Nesta mesma década, aferem-se também avanços em torno do projeto no que tange à produção teórica que dá saltos significativos, tanto quantitativamente, quanto qualitativamente, trazendo temas fundamentais ao processo de renovação tais como a questão da metodologia, as políticas sociais e os movimentos sociais.

O processo de consolidação do projeto pode ser circunscrito à década de 1990 que explicita a maturidade profissional através de um escopo significativo de centros de formação (referindo às pós-graduações) que amplificou a produção de conhecimentos entre nós. Nesta época também se pode atestar a maturidade político-organizativa da categoria através de suas entidades e de seus fóruns deliberativos.

A década que se inicia nos mostra dois processos interrelacionados: a continuidade do processo de consolidação do Projeto Ético-Político e as ameaças que sofre diante das políticas neoliberais que repercutem no seio da categoria sob a forma de um neoconservadorismo profissional.

Paulo (1999, p. 95), define projeto ético político da seguinte maneira:

Os projetos profissionais, inclusive o projeto ético-político do Serviço Social, apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos e, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...].

Em suma, o projeto articula em si mesmo os seguintes elementos constitutivos: “[...] uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc.” (PAULO NETTO, 1999, p. 98).

Para o mesmo autor, o entendimento dos elementos constitutivos que criam esta materialidade ao projeto pode se dar a partir de três dimensões articuladas entre si, a) a dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social; b) a dimensão político-organizativa da categoria; c) dimensão jurídico-política da profissão.

a) Dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social: É a esfera de sistematização das modalidades práticas da profissão, onde se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional. Esta dimensão investigativa da profissão tem como parâmetro a afinidade com as tendências teórico-críticas do pensamento social. Dessa forma, não cabem no projeto ético-

político contemporâneo, posturas teóricas conservadoras, presas que estão aos pressupostos filosóficos cujo horizonte é a manutenção da ordem.

b) Dimensão político-organizativa da profissão: Aqui se assentam tanto os fóruns de deliberação quanto as entidades representativas da profissão. Fundamentalmente, o conjunto Conselho Federal e Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS) a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e as demais associações político-profissionais. É através dos fóruns consultivos e deliberativos destas entidades representativas que são tecidos os traços gerais do projeto, quando são reafirmados (ou não) determinados compromissos e princípios. Assim, subentende-se que o projeto ético político (como uma projeção) pressupõe, em si mesmo, um espaço democrático, aberto, em construção. Esta constatação indica a coexistência de diferentes concepções do pensamento crítico, ou seja, o pluralismo de idéias no seu interior.

c) Dimensão jurídico-política da profissão: Esta é o aparato jurídico-político e institucional da profissão que envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio profissional. Há nessa dimensão duas esferas diferenciadas, porém articuladas, são elas: um aparato político-jurídico de caráter estritamente profissional; e um aparato jurídico-político de caráter mais abrangente. No primeiro caso, temos determinados componentes construídos e legitimados pela categoria tais como: o atual código de ética profissional, a lei de regulamentação da profissão (Lei 8662/93) e as diretrizes curriculares.

Essas dimensões articuladas entre elas compõem o corpo material do projeto ético político profissional que, como foi dito, deve ser compreendido como uma construção coletiva que, como tal, tem uma determinada direção social que envolve, valores, compromissos sociais e princípios que estão em permanente discussão exatamente porque participante que é do movimento vivo e contraditório das classes na sociedade. O sucesso do projeto depende de análises precisas das condições subjetivas e objetivas da realidade para sua realização bem como de ações políticas coerentes com seus compromissos e iluminadas pelas mesmas análises.

Porém, tratando-se de projeto ético político e código de ética profissional, é necessário esclarecer dois aspectos essenciais:

- O primeiro refere-se ao fato de que os projetos profissionais requerem sempre uma fundamentação de valores de natureza explicitamente ética – porém, esta fundamentação, sendo posta no código, não se esgota neles, isto é: a

valoração ética atravessa o projeto profissional como um todo, não constituindo um mero segmento particular dele.

- O segundo diz respeito a que os elementos éticos de um projeto profissional não se limitam a normativas morais e/ou prescrições de direitos e deveres: eles envolvem, ademais, as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais – por isto mesmo, a contemporânea designação de projetos profissionais como ético-políticos revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional.

Um olhar retrospectivo para as duas últimas não deixa dúvidas que, ao longo desse período, o Serviço Social deu um salto de qualidade em sua autoqualificação na sociedade. Os Assistentes Sociais ingressaram nos anos 1990, como uma categoria que também é pesquisadora, reconhecida, como tal, pelas agências de fomento.

Surge a necessidade de reconstruir o projeto de formação profissional do Assistente Social, demarcado transversalmente pelos dilemas da contemporaneidade da sociedade brasileira nos anos 1990.

Iamamoto (2005, p. 195) enfatiza:

[...] um projeto de formação profissional que aposte nas lutas sociais, na capacidade dos agentes históricos de construir novos padrões de sociabilidade para a vida social. Construção essa que é processual, que está sendo realizada na cotidianidade da prática social, cabendo aos agentes profissionais detectá-las e delas partilhar, contribuindo, como cidadãos e profissionais, para seu desenvolvimento.

Este projeto profissional revela horizontes para a formulação de contrapropostas profissionais no enfrentamento da questão social, solidárias com o modo de vida e de trabalho que a vivenciam, não só como vítimas da exploração e da exclusão social, mas como sujeitos que lutam, por isso, pela preservação e/ou reconquista de sua humanidade, pela construção, na prática da vida social cotidiana, de seu direito de ter direitos de homens e de cidadãos.

Uma das exigências que se vislumbra na reconstrução do projeto de formação profissional é estimular a aproximação dos Assistentes Sociais às condições de vida das classes subalternas, de suas formas de luta e organização. Captar as formas de explicitação social, cultural e política de seus interesses e

necessidades, criadas no enfrentamento coletivo e individual de situações de vida, de experiências vivenciadas.

É neste sentido que a formação profissional deve viabilizar condições para que os novos Assistentes Sociais sejam sensíveis e solidários ao processo de criação de uma nova cidadania, como estratégia política de gestão de uma cultura pública democrática.

Macêdo (1981, p. 103) relata que:

O Serviço Social pretende nesta concepção conhecer o homem por meio de suas relações sociais, através de seu posicionamento de classe. Com esta base, se inicia aqui um processo de construção teórico metodológico, ético político e técnico operativo, mediante a fixação de uma posição ideológica para o Serviço Social ante a problemática da América Latina.

A afirmação do projeto ético político de Serviço Social requer a afirmação de um perfil profissional comprometido, propositivo, capaz de sintonizar-se com o ritmo das mudanças que presidem o cenário social contemporâneo em que tudo que é sólido, desmancha no ar. Como cita lamamoto (2005, p.145):

Um profissional que também seja um pesquisador, que invista em sua formação intelectual e cultural e no acompanhamento histórico-conjuntural dos processos sociais para deles extrair potenciais propostas de trabalho – ali presentes como possibilidades – transformando-as em alternativas profissionais.

Através do projeto ético-político, o Serviço Social tem se posicionado em não deixar arrefecer o movimento de reconceituação, mas mantê-lo com a chamada leitura de legado marxista. Na conjuntura que passou a desenhar-se a partir da década de 1990 com a cultura neoliberal e por outro lado a consolidação da democracia na política brasileira, o projeto ético-político é construído a partir do projeto profissional de ruptura referenciado nas conquistas dos dois códigos (1986 e 1993), nas revisões curriculares de 1982 e 1986 e no conjunto de seus avanços teórico-práticos construídos no processo de renovação profissional, a partir da década de 1960, pois trata-se de uma projeção coletiva que envolve sujeitos

individuais e coletivos em torno de uma determinada valoração ética que está intimamente vinculada a determinados projetos societários presentes na sociedade que se relacionam com os diversos projetos coletivos (profissionais ou não) em disputa na mesma sociedade.

Os projetos societários são avaliados por projetos profissionais, o que pode levar a afirmação de que os projetos societários são atravessados também por projetos de classe. O que torna muito profícua a discussão aqui levantada, entendendo que o Serviço Social tem sua determinação histórica mediada pelas necessidades originadas na relação Capital X Trabalho e pelas forças sociais.

O debate teórico-metodológico é um debate ético-político e que no interior da cultura profissional pode ser apresentado dentro de uma pluralidade, entretanto sem perder a perspectiva crítica alcança pela profissão, já que esta, em sua prática dispõe de condições potencialmente privilegiadas, pela proximidade que tem ao dia a dia das classes subalternas, de recriar aquela prática profissional nos rumos aventados, exigindo profissionais com subsídios teóricos, éticos e políticos para assim contribuir com o trajeto histórico em rumo aos novos tempos.

Da mesma forma, deve ser ressaltado também o caráter histórico do projeto ético-político. Torna-se imprescindível o reconhecimento de que o projeto ético-político não é um produto endógeno, pronto e definitivo, muito menos uma abstração ou um ente que se institui entre nós. Ao contrário, é uma longa construção social que se faz em meio a um complexo jogo de forças políticas, implicando sempre a exigência de luta por hegemonia.

Daí a importância dos profissionais saberem fazer leituras críticas, ético-políticas, de conjuntura, para poderem construir formas cada vez mais substantivas de consolidação do projeto profissional. Na verdade, o assistente social é um profissional que trabalha permanentemente na relação entre estrutura, conjuntura e cotidiano; é no cotidiano que as determinações conjunturais se expressam e aí é que se coloca o desafio de garantir o sentido e a direcionalidade da ação profissional. Finalmente, é bom lembrar que a dimensão política que é constitutiva do projeto profissional, e a ele imanente, somente adquire materialidade e concretude nos diferentes planos do exercício profissional o qual, como ato político, recebe e produz impactos societários.

Portanto, como construção sócio-histórica, o projeto ético-político de profissão só se consolida no próprio processo histórico. Sua legitimação deve ocorrer em

diferentes níveis, envolvendo desde os contratantes do trabalho profissional do assistente social, até outros coletivos profissionais, as agências formadoras e especialmente os sujeitos que demandam a sua prática.

1.4 As diretrizes curriculares

O marco da redefinição do Projeto Profissional dos anos de 1980 foi o tratamento dispensado ao significado social da profissão, enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Esta perspectiva destaca, fundamentalmente, a historicidade do Serviço Social, entendido no quadro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado. Implica, pois, em compreender a profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve. Por esta razão, é necessário contextualizar o significado social da profissão nos anos de 1990, salientando as mediações históricas que incidem sobre o perfil da profissão hoje: as demandas e as respostas às quais é instigada a construir.

Os anos de 1990 expressam profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, determinados pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social, apontando, inclusive, para a alteração das relações entre o público e o privado, alterando as demandas profissionais. O trabalho do Assistente Social é, também, afetado por tais transformações, produto das mudanças na esfera da divisão sócio-técnica do trabalho, no cenário mundial.

Segundo as diretrizes curriculares gerais para o curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996) os pressupostos norteadores da concepção de formação profissional são os seguintes:

- 1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.
- 2- A relação do Serviço Social com a questão social – fundamento básico de sua existência – é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.

3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.

4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais.

A formação profissional dos Assistentes Sociais é orientada e acompanhada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, a qual é uma entidade nacional representativa das instituições de ensino superior no âmbito do Serviço Social e tem sido responsável por inúmeros eventos, encontros, oficinas e publicações que tratam da formação profissional e que se preocupam em consolidar as diretrizes curriculares que orientam a construção e organização dos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social.

Os pressupostos norteadores da concepção de formação profissional proposta pela ABESS (1997, p. 60). considera, prioritariamente, que:

O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.

A questão social é o fundamento básico da existência do Serviço Social, portanto seu objeto de intervenção, o que exige do profissional tratamento teórico, histórico e metodológico. Estes pressupostos sustentam um conjunto de princípios e diretrizes que são a base comum à formação profissional em âmbito nacional, respeitadas, naturalmente, as particularidades regionais e locais das Universidades e escolas de Serviço Social.

Para a mesma associação, os princípios que fundamentam a formação profissional são:

- 1- Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares – tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares – como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
- 2- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.
- 3- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- 4- Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
- 5- Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- 6- Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;
- 7- Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
- 8- Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- 9- Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
- 11- Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular
- 12- Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

Estes princípios definem as diretrizes curriculares da formação profissional, que implicam capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para uma apreensão crítica do processo histórico como totalidade, buscando a investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país, compreendendo o significado social da profissão, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade, apreendendo as demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado, evidenciando-se um profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na legislação profissional em vigor.

Neste sentido, a visibilidade do Serviço Social como trabalho foi reafirmada em debates pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABESS, no

processo de revisão curricular do ensino de graduação em Serviço Social no país. Tais debates redundou na formulação de uma proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, conforme exigência da Lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Segundo Roesler (2007, p. 80):

As Diretrizes Curriculares representam a sistematização dos debates desenvolvidos nas décadas de 1960 e 1970 pela categoria profissional polarizados pela disputa de projetos políticos profissionais da qual conquistou a hegemonia a Vertente de Intenção de Ruptura que orientou a fundamentação teórico-metodológica desta proposta.

De acordo com lamamoto (2005, p. 71):

A proposta de currículo encontra-se estruturada a partir de núcleos temáticos, que articulam um conjunto de conhecimentos e habilidades necessários à qualificação profissional dos assistentes sociais na atualidade. São três os núcleos temáticos: o núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos da vida social, o núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Focalizando estas afirmações, destaca-se novamente lamamoto (2005, p. 71) que pontua cada um destes núcleos como “[...] agregadores de fundamentos que se desdobram em matérias e estas em disciplinas nos currículos plenos dos cursos de Serviço Social das unidades de ensino.”

Os núcleos temáticos são destacados pela autora, de acordo com a sua ordem e seqüência evolutiva, sendo:

O primeiro núcleo – fundamentos teórico-metodológicos da vida social – indicando ser necessário ao assistente social o domínio de um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer e decifrar o ser social, a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2005, p. 72).

Enfim, um acervo de fundamentos temáticos que forneçam bases para a compreensão da dinâmica da vida social na sociedade capitalista burguesa. A mesma autora propõe ainda:

O segundo núcleo – fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira – remete a compreensão da sociedade brasileira resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. (IAMAMOTO, 2005, p. 72).

Estes elementos devem permitir a apreensão da produção e reprodução da questão social e as várias faces que assume nessa sociedade. E também destaca:

O terceiro núcleo – fundamentos do trabalho profissional – compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado (IAMAMOTO, 2005, p. 72).

Isto é, desdobra-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais no exercício de suas funções, resguardando suas competências, normatizadas por lei.

Estes núcleos temáticos são essenciais para atuação profissional, visto que abrangem dimensões e níveis distintos de categorias de análise para a intervenção profissional, envolvendo conhecimentos da vida social, da trajetória histórica brasileira e da atuação profissional do Assistente Social neste meio.

Os componentes curriculares formativos do Assistente Social buscam através desta dialética ultrapassar a visão conservadora e tradicional do currículo centrado apenas em disciplinas específicas para uma aprendizagem dinâmica das diversas áreas de conhecimento. Como cita Roesler (2007, p. 79):

O Serviço Social alcança o reconhecimento e validação acadêmica como área de produção de conhecimento, determina o seu estatuto profissional e o seu significado social, define a sua relação com as demais disciplinas da área das ciências sociais e humanas, e, sobretudo, constrói e defende

objetivos legitimados por um projeto de sociedade na defesa da liberdade, da democracia, dos direitos sociais e das políticas sociais públicas.

Compreende-se que a realidade é dinâmica e que deve ser vista a partir do movimento da história, tendo o Serviço Social o dever de acompanhar essa evolução através de relações disciplinares que busquem a transformação societária.

Iamamoto, (2005, p. 74) ainda pontua a mudança no conteúdo das matérias, uma vez que algumas adquirem um novo tratamento integrado, introdução de novas matérias que visam tratar:

[...] a questão social hoje nas suas várias expressões, envolvendo as desigualdades presentes nas relações de classes matizadas pelas relações de gênero, etnia, raça, que conformam a constituição dos sujeitos sociais em suas condições de vida materiais e subjetivas, interferindo na construção de suas identidades. Salienta-se ainda, a maturação do debate sobre Ética Profissional, o acompanhamento acadêmico-profissional do estágio e o TCC.

Nesta mesma narrativa, Roesler (2007, p. 80) pontua que:

[...] a questão social como eixo central compreendendo que a perspectiva é, aprofunda-la como elemento que dá concretude à profissão, ou seja, é a sua base de fundação histórico-social na realidade, e que nesta qualidade, portanto, deve construir o eixo ordenador do currículo.

Verifica-se através da linha de pensamento destes autores, que a formação profissional objetiva capacitar e orientar os profissionais para intervir nas expressões da questão social apreendida no interior do processo de reprodução da relação entre o capital e o trabalho e o entendimento da prática profissional neste contexto.

Esta direção da formação profissional, capacita o aluno para obter um olhar diferente sobre a realidade profissional e social da sociedade contemporânea, não se limitando na sua atuação profissional em ações supérfluas ou no cumprimento de tarefas somente, mas garante a visibilidade de uma formação profissional preparada para o enfrentamento das contingências sociais nas diferentes formas de atuação e

expressão, que executem a leitura dinâmica e crítica do contexto social e profissional, com uma visão dialética e que busca enfatizar a estrutura e a conjuntura de forma dinâmica, baseado em todas as teorias e legislações que norteiam os princípios ético-políticos da profissão.

Cabe assinalar ainda, que as diretrizes curriculares, impostas pela vigência da lei de diretrizes e bases da educação reafirmam o caráter generalista da formação e da intervenção, onde o Serviço Social é identificado como uma das profissões do futuro. Contudo, as novas diretrizes curriculares, citadas pelos autores destacados nesta reflexão, resultaram no atual momento histórico e projetaram-se para o futuro, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos, como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional, sendo esta a grande moldura da configuração geral das diretrizes gerais aqui expressas.

1.5 Lei de regulamentação da profissão (Lei 8.662 de 7 de junho de 1993)

O Serviço social foi oficializado no Brasil mediante a Lei 1989/53, sendo que a profissão de Assistente Social foi regulamentada pela Lei 3252, de 27 de agosto de 1957. Hoje a profissão encontra-se regulamentada pela Lei 8662 de 07 de junho de 1993 que legitima o Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais.

A regulamentação profissional ocorreu num contexto em que o Estado Brasileiro assumiu uma perspectiva reguladora delegando aos conselhos profissionais a função de controle. Contudo, o serviço social compreendeu a profissão e suas entidades em outra perspectiva, a partir da adoção de referenciais teórico-metodológicos que possibilitam a construção de um processo crítico, enquanto instrumento de proposição de um projeto profissional ético-político. Os Conselhos, passaram, então a questionar sua função meramente burocrática, repensando seu caráter disciplinador.

Na década de noventa, a Lei 3252, de 27 de agosto de 1957 foi alterada pela Lei 8662, de 7 de junho de 1993, cujo texto legal expressa um conjunto de conhecimentos particulares e especializados, a partir dos quais são elaboradas respostas concretas às demandas sociais. A nova lei de regulamentação da profissão e o Código de Ética/93, forneceram respaldo jurídico e uma nova dimensão aos instrumentos normativos legais, superando os limites apontados até então.

A legislação brasileira do Serviço Social dispõe sobre o exercício profissional, suas competências e atribuições privativas, e os fóruns, que objetivam disciplinar e defender o exercício da profissão. Essa legislação resultou de um amplo processo de debate dos Assistentes Sociais brasileiros e institucionalizou o processo democrático de deliberação coletiva sobre questões da profissão.

Esta lei dispõe em seu artigo 1º que é livre o exercício da profissão de Assistente Social em todo território nacional, observadas as condições estabelecidas nesta Lei.

Consideramos que todo profissional formado em Serviço Social, que tenha se inscrito no Conselho Regional de Serviço Social, tem o direito de exercer a profissão no Brasil, sem discriminar ou ser discriminado. O profissional deve atuar de acordo com as suas competências profissionais, sendo que, o não cumprimento ou a violabilidade destas acarretará em uma atuação fragmentada, de senso comum e que não gera transformação social.

A lei da regulamentação da profissão de Serviço Social (artigo 4º - 1993) no Brasil estabelece as competências e atribuições privativas do assistente social, que expressam a capacidade de apreciar e dar resolutividade a determinados assuntos:

- 1) coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; com a participação da sociedade civil;
- 2) planejar, organizar e administrar programas e projetos em unidades de Serviço Social;
- 3) prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades em matéria do Serviço Social;
- 4) realizar visitas, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres em matéria do Serviço Social;
- 5) encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e população;
- 6) realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais, junto a órgãos da administração pública direta e indireta, a empresas privadas e outras entidades.

Estabelecer competências ao Assistente Social é atribuir contemporaneidade às funções e atribuições, objetivando certamente, apreender e explicar o que o profissional faz na realidade, elucidando os fundamentos do trabalho profissional e seu significado social no processo de reprodução das relações sociais.

Segundo Gentili (1999, p. 16):

O grande desafio prático que vem sendo encarado para os assistentes sociais para não serem desligados do Conselho Regional, está exatamente na convivência conflituosa entre a observância às novas técnicas, rotinas e discursos administrativos, e a necessidade ética, política e legal de honrar os compromissos com a consolidação da cidadania, da liberdade, da justiça social, dos direitos humanos, do estímulo à participação política dos usuários e dos serviços que prestam na profissão.

Para tanto, é necessário que o assistente social seja um profissional comprometido com a realidade social, tendo em vista o objeto de sua ação: as expressões da questão social, refletindo este através de uma perspectiva crítica dialética e compromisso com os valores e princípios da profissão e da sociedade.

1.6 O Código de Ética Profissional do Serviço Social (Resolução do CFESS 273/93 – de 13 de março de 1993)

A história recente da sociedade brasileira, polarizada pela luta dos setores democráticos contra a ditadura e, em seguida, pela consolidação das liberdades políticas, propiciando uma rica experiência para todos os sujeitos sociais. Valores e práticas até então secundarizados (a defesa dos direitos civis, o reconhecimento positivo das peculiaridades individuais e sociais, o respeito à diversidade, etc.) adquiriram novos estatutos, adensando o elenco de reivindicações da cidadania.

Particularmente para as categorias profissionais, esta experiência originou as questões do seu compromisso ético-político e da avaliação da qualidade dos seus serviços, através da ruptura com a perspectiva tradicional e positivista, o qual proporcionou o amadurecimento da profissão.

Coloca Vieira (1985, p. 182):

A Ética é o estudo filosófico explicativo dos fatos morais, os quais são “apreciações éticas, preceitos, normas, atitudes, manifestações da consciência, etc.” Os objetos da ética são os atos humanos, não apenas na sua descrição, mas na explicação de sua valorização e comportamento. Assim, a ética pretende estudar em profundidade o ser e o sentido das normas morais, isto é, explicar o bem moral e suas características. A ética é, portanto, a ciência moral, quer historiando os fatos morais na sua evolução, quer mediante métodos psicológicos.

Da ética constitui-se a moral que orienta o homem em todos os seus atos e ações cotidianas, sendo esta fundamental para o agir do profissional de Serviço Social, para que suas ações possam a ética como valor central.

Segundo a Legislação Brasileira do Serviço Social (CFESS, 1993, p. 15):

Nestas décadas, o Serviço Social experimentou no Brasil um profundo processo de renovação. Na intercorrência de mudanças ocorridas na sociedade brasileira com o próprio acúmulo profissional, o Serviço Social se desenvolveu teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos noventa, apresenta-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente.

A dinâmica deste processo, que conduziu à consolidação profissional do Serviço Social, materializou-se em conquistas teóricas e ganhos práticos que se revelaram diversamente no universo profissional.

Em 1947, a Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABESS) redigiu e aprovou na sua assembléia geral o primeiro Código de Ética, que vigorou durante dezoito anos, o qual sofreu várias influências européias.

No plano da reflexão e da normatização, o Código de Ética Profissional de 1986 foi uma expressão daquelas conquistas e ganhos, através de dois procedimentos: negação da base filosófica tradicional, nitidamente conservadora, que norteava a "ética da neutralidade", e afirmação de um novo perfil do técnico, não mais um agente subalterno e apenas executivo, mas um profissional competente teoricamente, tecnicamente e politicamente.

Reafirmando os seus valores fundantes - a liberdade e a justiça social -, articulou-os a partir da exigência democrática: a democracia é tomada como valor ético-político central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. Assim consta na Legislação Brasileira do Serviço Social (CFESS, 1993, p. 13):

A liberdade e a equidade favorecem a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social.

Esta legislação teve o cuidado de precisar a normatização do exercício profissional de modo a permitir que aqueles valores sejam retraduzidos no relacionamento entre Assistentes Sociais, Instituições/Organizações e população, preservando os direitos e deveres profissionais, a qualidade dos serviços e a responsabilidade diante do usuário.

A ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade.

Esta reflexão já contém em si mesma, uma projeção de sociedade - aquela em que se propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação.

Ainda pontua a Legislação Brasileira do Serviço Social (CFESS, 1993, p. 17):

É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social - cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete para o enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional.

Os atos e o agir profissional não são unilaterais. Os atos de uma pessoa repercutem e afetam outros, assim como esta é também afetada pelos atos dos outros. A relação e correspondência do agir das pessoas umas com as outras estabelece a comunicação entre elas e constitui a vida em sociedade, criando direitos e deveres que regulam as relações entre seus membros.

Neste sentido, o Serviço Social brasileiro, nas últimas décadas, redimensionou-se e renovou-se no âmbito da sua interpretação teórico-metodológica no campo dos valores, da ética e da política. Realizou um forte embate com o tradicionalismo profissional e seu lastro conservador e buscou adequar criticamente a profissão às exigências do seu tempo, qualificando-a academicamente. Constituiu

democraticamente a sua base normativa, expressa na Lei da Regulamentação da Profissão e no Código de Ética do Assistente Social, de 1993.

O Código de Ética Profissional do Serviço Social (resolução do CFESS 273/93 – de 13 de março de 1993) prescreve direitos e deveres do assistente social, segundo princípios e valores humanistas guias para o exercício cotidiano, dentre os quais destacam-se:

- 1- O reconhecimento da liberdade como valor ético central, que requer o reconhecimento da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos;
- 2- A defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo;
- 3- A defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia, da socialização da participação política e da riqueza produzida;
- 4- O posicionamento a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática;
- 5- O empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, e a garantia do pluralismo;
- 6- O compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores.

A efetivação desses princípios remete à luta, no campo democrático-popular, pela construção de uma nova ordem societária. E os princípios éticos ao impregnarem o exercício cotidiano, indicam um novo modo de operar o exercício profissional. Estes estabelecem balizas para a sua condução nas condições e relações de trabalho em que se realiza e para as expressões coletivas da categoria profissional na sociedade.

É nos limites dos princípios assinalados, que se move o pluralismo, que supõe o reconhecimento da presença de distintas orientações na arena profissional assim como o embate respeitoso com as tendências regressivas do Serviço Social, cujos fundamentos liberais e conservadores legitimam o ordenamento social instituído. Porém o pluralismo propugnado não se identifica com a sua versão liberal, em que todas as tendências profissionais são tidas como supostamente paritárias, mascarando os desiguais arcos de influência que exercem na profissão, os diferentes vínculos que estabelecem com projetos societários distintos e antagônicos, apoiados em forças sociais também diversas.

As análises do projeto ético-político do Serviço Social e código de ética da profissão mostram que eles se centram nos valores da liberdade, defesa intransigente dos Direitos Humanos, a democratização de procedimentos, compromisso com a competência e com a qualidade dos serviços prestados.

Diante deste contexto, ressaltamos lamamoto (2005, p. 78) que cita:

O Código de Ética nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, descolados do processo social. Afirma como valor ético central, o compromisso com nossa parceira inseparável, a liberdade. Implica a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos.

Assumir a defesa intransigente dos direitos humanos traz como contrapartida, a recusa a todas as formas de autoritarismo e arbítrio. Requer uma condução democrática do trabalho do Serviço Social, reforçando a democracia na vida social. Afirmar o compromisso com a cidadania exige a defesa dos direitos sociais tanto em sua expressão legal, preservando e ampliando conquistas da coletividade já legalizadas, quanto em sua realidade efetiva.

lamamoto (2005, p. 78) relata que:

Os princípios constantes no Código de Ética são focos que vão iluminando os caminhos a serem trilhados, a partir de alguns compromissos fundamentais acordados e assumidos coletivamente pela categoria. Então ele não pode ser um documento que se “guarda na gaveta”: é necessário dar-lhe vida por meio dos sujeitos que, internalizando o seu conteúdo, expressam-no por meio de ações que vão tecendo o novo projeto profissional no espaço ocupacional cotidiano.

Em suma, podemos afirmar que a ética concede às profissões um norte, um caminho orientador para a intervenção profissional, sob determinada ótica e em consonância com determinados valores. Aponta uma direção social e política, visto que não há valores éticos de neutralidade, a ética não comporta omissões, a ética

tem um posicionamento de valor, uma direção social bem definida em prol da liberdade do ser social e da equidade social.

Assim, os atos profissionais são motivados pelos valores que a profissão empresta às atitudes e aos comportamentos dos seus membros. E esta é a essência de um Código de Ética Profissional, garantia de respeito aos direitos humanos e fidelidade ao interesse social, pois o que serve de fundamento ao Serviço Social é a pessoa humana como centro e fim da vida social.

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO AGIR PROFISSIONAL

A partir de todas as transformações e conquistas ocorridas com a profissão de Serviço Social ao longo dos anos, podemos observar a necessidade da construção de um novo agir profissional, tendo como pano de fundo as expressões da questão social que perpassam no mundo contemporâneo.

O Serviço Social é uma profissão dinâmica inserida no próprio contexto sócio histórico. Portanto, cabe ao assistente social modificar a sua forma de atuação profissional, em decorrência da demanda que lhe é colocada e da necessidade de responder às exigências e às contradições da sociedade capitalista. É preciso acompanhar o movimento da sociedade e visualizar os novos espaços como possibilidades de intervenção sobre uma realidade social concreta.

Diante deste contexto, há a necessidade de um agir profissional comprometido, criativo, propositivo, com ações inovadoras, objetivando efetivação de direitos sociais e acesso a cidadania, ou seja, um profissional que construa respostas calcadas nos processos sociais, sendo este capaz de fazer frente, de maneira efetiva e criadora, aos desafios dos novos tempos, nos rumos da preservação e ampliação das conquistas democráticas na sociedade brasileira.

2.1 A direção ético política do trabalho profissional na contemporaneidade.

Desmistificando o trabalho profissional do Assistente Social na contemporaneidade, considera-se que:

O atual debate no âmbito do Serviço Social aponta para necessidade de uma formação profissional conciliada com os novos tempos, com as novas demandas profissionais, emergindo daí a premência de uma revisão curricular, alicerçada no projeto pedagógico, tendo como grande desafio, um salto qualitativo no processo de formação dos assistentes sociais. (OLIVEIRA, 1999, p. 351).

Assim,

Um dos quesitos para assegurar a atualidade da profissão é a construção de respostas profissionais sólidas frente às especificidades da questão social, emergente do atual contexto político-sócio-econômico do país. (OLIVEIRA, 1999, p. 351).

A direção ético-política do agir profissional do Assistente Social, para ser entendida, exige um esforço para decifrar o movimento societário, as novas demandas, situando o Serviço Social na dinâmica das relações entre o Estado e a sociedade civil.

Constatar a direção ético-política do trabalho profissional, segundo palavras de Yamamoto (2005, p. 75), é:

Re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo.

Nesta perspectiva, faz-se necessário:

Captar os reais interesses e necessidades das classes subalternas, sentir com ela suas paixões para que se possa efetuar a crítica do senso comum e da herança intelectual acumulada – papel da práxis (IAMAMOTO, 2005, p. 77).

Propõe-se com isso, estimular a aproximação dos assistentes sociais às condições de vida das classes subalternas e de suas formas de luta e de organização. Captar as formas de explicitação social, cultural e política de seus interesses e necessidades, criadas no enfrentamento coletivo e individual de situações de vida, de experiências vivenciadas.

Detecta-se, portanto, o estímulo profissional a luta, a invenção e ao entendimento da constituição de sujeitos sociais, a partir da historicidade da vida cotidiana.

De acordo com Yamamoto (2005, p. 228):

A prática social não se revela na sua imediatez. O ser social relaciona-se por intermédio de mediações que inter-relacionam forma e conteúdo, impondo-se desvendar as formas fenomênicas como formas necessárias, gestadas na sociedade capitalista, para apreender o núcleo da prática social.

Acredita-se que seria necessário desenvolver um esquema metodológico orientado para a rápida identificação, em situações concretas, de um conjunto de traços que parametrem a decisão da prática dos assistentes sociais nesta situação e para a identificação, segundo os princípios que estamos postulando das suas possibilidades de transformação.

Verifica-se com isso, a suposição do conhecimento crítico da prática profissional através dos postulados teóricos que possibilitem a apreensão do universo cultural das classes subalternas, contribuindo para a ultrapassagem de seus elementos opacos, que vedam o descortinar dos horizontes coletivos e possibilitem a transformação social.

Oliveira destaca como exigência apontada no processo de formação profissional:

A criação de um perfil profissional dotado de competência teórico-crítica, alicerçada nas principais matrizes do pensamento social da modernidade e suas expressões teórico-práticas no Serviço Social e, competências técnico-política, que requer além do conhecimento e o domínio das ações diretas e indiretas pertinentes ao agir profissional, requer também o compromisso político (OLIVEIRA, 1999, p. 352).

Segundo Oliveira (1999), um dos eixos do processo de reformulação da formação profissional é o ensino da prática em suas dimensões teórica, ético-político e técnica, vinculando-se como um dos problemas centrais, e também a mediação

entre o ensino teórico e o ensino prático para uma apreensão crítica que possa compreender a particularidade de seu objeto de investigação e intervenção.

Realizando uma caracterização da dimensão ético-política do profissional de Serviço Social, destaca-se que esse rumo ético-político requer um profissional informado, culto, crítico e competente. Exige romper tanto com o teorismo estéril, quanto com o pragmatismo, aprisionados no fazer pelo fazer, em alvos e interesses imediatos. Demanda competência, mas não a competência autorizada e permitida, a competência da organização, que dilui o poder como se ele não fosse exercido por ninguém, mas derivasse das normas da instituição, da burocracia.

Iamamoto (2005, p. 80) conceitua também quanto ao requisito ético-político, citando que:

O requisito é, ao inverso, uma competência crítica capaz de decifrar a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de ação para enfrenta-las. Supõe competência teórica e fidelidade ao movimento da realidade; competência técnica e ético-política que subordine o como fazer ao o que fazer e, este, ao dever ser, sem perder de vista seu enraizamento no processo social.

Neste contexto, afirma-se que uma competência estratégica e técnica (ou técnico-política) que não reifica o saber profissional, subordinando-o à direção do fazer, recusando os espontaneísmos, os voluntarismos, os determinismos e demais “ismos” que cindem o exercício profissional, desviando as rotas desejáveis da ação. Em outros termos, é preciso estabelecer os rumos e estratégias de ação a partir da elucidação das tendências presentes no movimento da própria realidade, decifrando suas manifestações particulares no campo sobre o qual incide a intervenção profissional. Uma vez decifradas, essas tendências podem ser acionadas pela vontade política dos sujeitos, de forma a extrair estratégias de ação reconciliadas com a realidade objetiva, de modo a preservar sua viabilidade, reduzindo assim a distância entre o desejável e o possível (IAMAMOTO, 2004, p. 184)

Tal perspectiva reforça a preocupação com a qualidade dos serviços prestados, com respeito aos usuários, investindo na melhoria dos programas institucionais, na rede de serviços, formulando, contudo, propostas e estratégias de ação, de políticas criativas zelando pela eficácia dos serviços prestados. Esta nova

natureza do trabalho profissional requer um diferencial para a profissão, que possibilite a transformação crítica e dialética da categoria profissional.

Dimensionar o novo trabalho profissional significa captar as inéditas mediações históricas que moldam os processos sociais e suas expressões nos vários campos em que opera o Serviço Social. Ao profissional é exigida uma bagagem teórico-metológica que lhe permita elaborar uma interpretação crítica do seu contexto de trabalho, um atento acompanhamento conjuntural, que potencie o seu espaço ocupacional, o estabelecimento de estratégias de ação viáveis, negociando propostas de trabalho com a população e entidades empregadoras.

A direção ético-política do trabalho profissional, posiciona-se a favor de uma nova ordem sem dominação e exploração de classe, gênero e etnia. Tem ainda, como princípios, a defesa dos direitos humanos, a recusa ao autoritarismo e ao preconceito, e o reconhecimento do pluralismo, como forma da direção social estratégica do Serviço Social enfatizando o compromisso ético-político dos profissionais.

Nesta perspectiva, a posição de subalternidade do Serviço Social na hierarquia institucional, associada a uma frouxa determinação de defesa dos usuários, faz com que muitos profissionais assimilem os limites e normas institucionais como algo natural ou, no máximo, passível de pequenas reformulações, agindo como ser particular e não cumprindo com os princípios ético-político da profissão.

Hoje se firma no pensamento ético-político da prática profissional, a idéia de que o mesmo pressupõe a convivência e os costumes sociais e políticos perspectivados sob a inspiração de valores: éticos, políticos e jurídicos. Ou seja: um conjunto de idéias, de ideais, de princípios (éticos e políticos) que ordena a categoria profissional no seu agir frente à população usuária.

Para este trabalho, importa afirmar que esta direção ético-política do trabalho profissional é fundada à luz dos direitos humanos, políticos e sociais na perspectiva de assegurá-los, com real eficácia a todos os sujeitos em suas dignidades de pessoas humanas, com valores éticos e políticos expressos preponderantemente na vivência cotidiana e no contexto social em que estão inseridos e que é desvendado pelo Assistente Social, buscando a real consolidação e materialização desse projeto na prática profissional.

2.2 A questão da competência profissional

Quando se fala em competência teórico-metodológica, é preciso definir a competência de que se trata. Ela tem sido predominantemente interpretada a partir de um discurso que acentua seu caráter tecnocrático e conservantista: o discurso competente.

Esse discurso é competente quando crítico, quando vai a raiz e desvenda a trama submersa dos conhecimentos que explica as estratégias de ação. Supõe um diálogo íntimo com as fontes inspiradoras do conhecimento e busca elucidar seus vínculos sócio-históricos, localizando as perspectivas e os pontos de vista das classes através dos quais são construídos os discursos: suas bases históricas, a maneira de pensar e interpretar a vida social das classes que apresentam esse discurso como dotado de universalidade, identificando novas lacunas e omissões.

Do ponto de vista estritamente profissional, o projeto implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto) formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa.

Em especial, o projeto prioriza uma nova relação com os usuários dos serviços oferecidos pelos assistentes sociais: é seu componente elementar o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, aí incluída a publicidade dos recursos institucionais, instrumento indispensável para a sua democratização e universalização e, sobretudo, para abrir as decisões institucionais à participação dos usuários. Enfim, o projeto assinala claramente que o desempenho ético-político dos assistentes sociais só se potencializará se o corpo profissional articular-se com os segmentos de outras categorias profissionais que compartilham de propostas similares e, notadamente, com os movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores.

Competência profissional, segundo lamamoto (2005, p. 184) é:

Um diálogo crítico com a herança intelectual incorporada no discurso do Serviço Social e nas auto-representações do profissional, deslindando ao mesmo tempo as bases sócio-históricas deste discurso e as teorias de que se nutre. Supõe uma abordagem para além do Serviço Social, cuja a porta de entrada para a profissão passa pela história da sociedade e pela história do pensamento social na modernidade, construindo um diálogo fértil e rigoroso entre a teoria e a história.

Todo esse conhecimento se constrói no contraponto permanente com a produção intelectual herdada, incorporando-a criticamente e ultrapassando o conhecimento acumulado. Exige-se um profissional culturalmente versado e politicamente atento ao tempo histórico, atento para decifrar o não dito, os dilemas implícitos no ordenamento epidérmico do discurso autorizado pelo poder.

Sabemos que o início da profissão de Serviço Social foi marcada com um passado eivado pelo pragmatismo e utilitarismo, a qual apresenta um avanço significativo no estabelecimento de bases para o seu repensar crítico. Estabelece parâmetros teoricamente sólidos, ao recuperar o que há de mais criativo, do ponto de vista do método e da teoria social crítico - dialética como pano de fundo para o enriquecimento das interpretações de situações sociais a partir das quais atua o Serviço Social, assim como das próprias particularidades profissionais.

A questão da competência profissional encontra-se na recusa do praticismo e teorismo estéreis, lutando contra a recusa da abstração, contra o apego à imediatividade de dados, restringidos aos particularismos da descrição do real, aos localismos das situações de intervenção. Também corre-se o risco de cair no extremo oposto, o teorismo estéril – distanciado da prática profissional cotidiana, ou seja, confrontando-se e contrapondo-se , teórica e politicamente, as tendências restauradoras e conservadoras e vicejam no meio prático do Serviço Social .

É necessário evitar tanto o pragmatismo como o teorismo estéreis. Supõe articular situações profissionais à dinâmica macroscópica da sociedade, aliadas a um diálogo pluralista, mais rigoroso, com o conhecimento acumulado, estabelecendo o solo histórico da profissão, cujo deslindamento depende da construção de alternativas profissionais imersas da dinâmica do processo social.

Nestes processos sociais, imersos pelo agravamento das múltiplas expressões da questão social e acumulação de capital, é possível atestar o crescimento da demanda por serviços sociais, bem como a imposição de critérios cada vez mais restritivos nas possibilidades da população ter acesso aos direitos sociais.

Então há que se refletir a importância do profissional de Serviço Social competente e comprometido com a população usuária, através da prestação de serviços de qualidade e que atendam as reais necessidades dos sujeitos envolvidos.

Ser competente é pensar em ações de caráter interventivo, criativo, propositivo, inovador. É requerer os olhos bem abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar de sua recriação.

Enfatizando a realidade profissional, consideramos, segundo Sant'ana, (2000) que diversas contradições e limites estão presentes na ação profissional, oriundos da própria inserção do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho hoje vigente. Porém, é preciso ressaltar que em qualquer espaço ocupacional é possível e exequível uma prática comprometida com o projeto ético-político da profissão, desde que o Assistente Social tenha um alinhamento teórico político com tal projeto.

“Sua prática deve estar voltada para tal projeto, a fim de que através da sua competência profissional possa alinhar forças que impulsionem mudança nas rotas dos ventos e das marés na vida em sociedade.” (IAMAMOTO, 2005, p. 141).

Ainda, a mesma autora cita:

Teimamos em reconhecer a liberdade como valor ético central, o que implica desenvolver o trabalho profissional para reconhecer a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, reforçando princípios e práticas democráticas. Aquele reconhecimento desdobra-se na defesa intransigente dos direitos, o que tem como contrapartida a recusa do arbítrio e de todos os tipos de autoritarismos (IAMAMOTO, 2005, p. 141).

Todo profissional competente tem suas ações firmadas no projeto hegemônico profissional, sendo este o guia para a profissão de Serviço Social, calcada nos princípios éticos centrais, os quais tendem a afirmar o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e respeito as diferenças, sendo estes aspectos primordiais para uma prática social que vise transformação em todas as dimensões da vida em sociedade.

Competência envolve a luta pela ampliação da cidadania, com vistas a efetivação dos direitos civis, políticos e sociais de todos os cidadãos, quando lamamoto (2005, p. 142) ressalta:

Uma cidadania para todos, extensiva ao conjunto dos segmentos trabalhadores na sua heterogeneidade. Mas também uma cidadania impulsionadora de novos direitos, que contribua na luta para a ampliação da legalidade institucional.

Para orientar todo este trabalho profissional nos rumos aludidos é necessário um perfil profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar, recriar propostas que venham de encontro com as reais necessidades trazidas pelos sujeitos sociais. Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo, mas também que seja versado do instrumental técnico-operativo, capaz de realizar ações profissionais estimuladoras da participação dos usuários nos programas e serviços sociais.

Responder a esse perfil exige uma competência crítica, que supere tanto o teorismo estéril, o pragmatismo, quanto ao mero militante.

lamamoto (2005, p. 144) afirma:

Competência que não se confunde com aquela estabelecida pela burocracia da organização, conforme a linguagem institucionalmente permitida e autorizada; que não reifica o saber fazer, subordinando-o, antes, a direção social desse mesmo fazer. Competência que contribui para desvelar os traços conservantistas ou tecnocráticos do discurso oficial, recusa o papel de tutela e controle das classes subalternas – em seus diferentes segmentos e grupos -, para envolvê-las nas teias e amarras do poder econômico, político e cultural.

Desta forma, busca-se ampliar as bases de legitimidade do trabalho profissional junto a população usuária dos serviços prestados, o que requer um amplo conhecimento do modo de vida, cultura dos usuários os quais se trabalha. É um esforço para a realização de um trabalho que zele pela qualidade dos serviços prestados e pela abrangência no seu acesso, através da difusão de informações quanto aos direitos sociais e os meios para a sua viabilização.

A afirmação deste perfil requer um profissional de novo tipo, comprometido com sua atualização permanente, capaz de sintonizar-se com os ritmos das mudanças que presidem o cenário contemporâneo. Profissional que seja pesquisador, que invista em sua formação, que acompanhe os processos que envolvem a sociedade na sua totalidade, para que assim possa extrair de todos esses processos novas propostas de trabalho e alternativas profissionais.

Hoje se firma no pensamento ético-político da prática profissional, a idéia de que o mesmo pressupõe a convivência e os costumes sociais e políticos perspectivados sob a inspiração de valores: valores éticos, políticos e jurídicos, ou seja: um conjunto de idéias, de ideais, de princípios (éticos e políticos) que ordena a categoria profissional no seu agir frente à população usuária.

Outra frente a competência profissional está voltada a consolidação acadêmica da área do Serviço Social na sua globalidade, envolvendo o ensino graduado e pós-graduado, o qual atribui respeitabilidade junto ao meio acadêmico e aos órgãos de ensino superior.

Relata Yamamoto (2005, p. 147) que:

A competência profissional crítica é indissociável da elevação da qualidade do ensino superior na área. Ela fornece bases para a leitura da realidade e o desempenho profissional voltado para a materialização do projeto profissional, que possibilite, concomitantemente, enfrentar, no mercado de trabalho, a concorrência de áreas profissionais afins.

A convivência, sem ameaças, com diferentes níveis de profissionalização dos agentes sociais, que hoje atuam no âmbito da questão social, exige reafirmar o diferencial de qualidade da formação universitária, visando qualificar a força de trabalho e para que estes profissionais possam em sua prática desenvolver ações com responsabilidade, ética e competência profissional.

O código de ética profissional, a lei que regulamenta a profissão, as diretrizes curriculares do curso de Serviço Social são os alicerces fundantes do projeto ético político, razão pela qual devem ser de pleno conhecimento de cada assistente social, de cada acadêmico de Serviço Social.

Na verdade mais do que conhecer é preciso agir de modo competente, crítico, qualificado teoricamente e ainda mais é preciso também muita coragem para lutar contra os obstáculos que se interpõem em nossa caminhada.

Para este trabalho, importa afirmar que o comprometimento do trabalho profissional deve ser fundado à luz dos direitos humanos, políticos e sociais na perspectiva de assegurá-los, com real eficácia a todos os sujeitos em suas dignidades de pessoas humanas. Com valores éticos e políticos expressos preponderantemente na vivência cotidiana e no contexto social em que estão inseridos e que é desvendado pelo Assistente Social.

CAPÍTULO 3

CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

3.1 Caracterização do Município de Igarapu do Tietê

Conforme informações da enciclopédia eletrônica Wikipédia, Igarapu do Tietê é um dos 29 municípios paulistas considerados estâncias turísticas pelo Estado de São Paulo, por cumprirem determinados pré-requisitos definidos por Lei Estadual. Tal status garante a esses municípios uma verba maior por parte do Estado para a promoção do turismo regional. Também, o município adquire o direito de agregar junto a seu nome o título de Estância Turística, termo pelo qual passa a ser designado tanto pelo expediente municipal oficial quanto pelas referências estaduais.

3.1.1 História da cidade

Segundo diversas divulgações, documentações fornecidas pela Prefeitura Municipal e quadro demonstrativo do desmembramento de municípios do Estado, não há uma data exata do início da povoação do patrimônio então denominado "São Joaquim", pertencente ao Município de São Manuel-SP.

Constata-se porém, que no local explorando a fertilidade da terra havia um grupo de "pioneiros", entre eles o Coronel Joaquim Ribeiro, proprietário de grande gleba territorial, e que por volta do ano de 1900, teve a idéia de formar um núcleo residencial e comercial e para isso, fez a doação de parte de suas terras dividindo-as em lotes e determinou a construção de uma pequena capela, conhecido aquele agrupamento de casas como "Bairro de Barra Bonita" e posteriormente em face da invocação de São Joaquim para o seu padroeiro, passou-se a chamar "São Joaquim".

Surgiram então pequenas habitações e alguns estabelecimentos comerciais que não tardaram a atrair maior número de habitante e novos colonos, predominando os italiano e seus descendentes.

O desenvolvimento acentuado do local, fez que com o patrimônio de "São Joaquim" fosse elevado à categoria de "Distrito", com a denominação de "IGARAÇU"

– significado em tupi guarani "CANOA GRANDE", incorporado no Município e Comarca de São Manuel-SP.

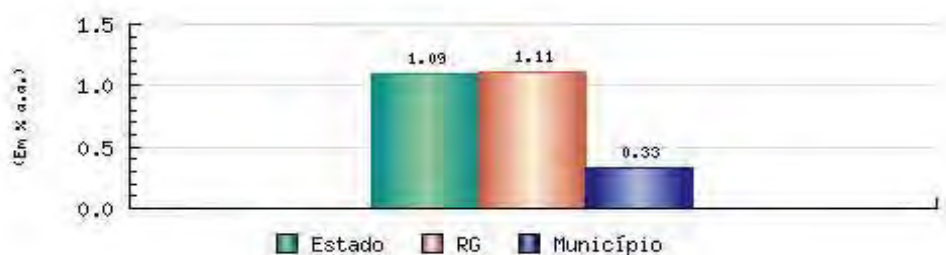
Por força da Lei 9775/1938, de 30 de Novembro de 1938, posta em execução em 01 de Janeiro de 1939, foi o distrito transferido para a Comarca de Jahu-SP, constituindo a 2ª Zona Distrital do Município de Jahu-SP. Em 30 de Novembro de 1944, seis anos mais tarde, pela Lei 14/334/1944, passou a figurar como 2º Sub-Distrito de Paz de Barra Bonita-SP, posto em execução em 01 de Janeiro de 1945.

Em 03 de Janeiro de 1965, Igarçu do Tietê, foi incorporado à Comarca de Barra Bonita, para onde já pertencia como Sub-Distrito de Paz. Através da Lei nº 8980/1994, de 13 de Dezembro de 1994, Igarçu do Tietê passou a ser Estância Turística, sendo então Estância Turística de Igarçu do Tietê, quando sua área total é de 96,618 km².

3.1.2 Aspectos Demográficos e Geográficos

Conforme dados do censo 2010 e Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), Igarçu do Tietê possui população total de 23.362 habitantes, sendo 23.228 – 99% população urbana, totalizando 239.07 habitantes por km². De acordo com os censos anteriores, percebe-se que o aumento do número de habitantes vem se mantendo constantes, porém com pequenas alterações, mantendo um padrão de crescimento populacional baixo em todo este período, sendo este de 0,09%.

Gráfico 1 – Taxa geométrica de crescimento anual da população



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fundação SEADE

Em 2011 o município apontou um índice de população com 60 anos ou mais de 16,71%, já o índice da população com menos de 15 anos é de 16,99%, quando podemos entender que a cidade possui uma participação maior de jovens na população, porém há uma grande tendência de envelhecimento.

A cidade é localizada na região centro oeste de São Paulo, possui clima subtropical, com inverno rígido úmido e verão suave e seco.

3.1.3 Aspectos Econômicos

Igaraçu do Tiete esta entre os 05 (cinco) municípios com índices de pobreza mais altos e níveis de arrecadação mais baixos do Estado.

No início de sua história o advento da agricultura - cana-de-açúcar deu o grande impulso econômico local a cidade de Igaraçu do Tiete, promovendo seu rápido desenvolvimento. Além desta principal atividade econômica, a cidade também conta com a pecuária e pequenas policulturas industriais.

Grande parte da população trabalha diretamente na lavoura, já que a cidade conta com uma usina, a qual emprega e desemprega muitas pessoas durante o ano, nos períodos da safra e intersafra, porém estes empregos possuem índices de geração de renda muito baixos, variando de 01 à 03 salários mínimos. Pequena parte da população trabalham na pesca, já que a cidade pode contar com o Rio Tiete, divisa com a cidade de Barra Bonita e a outra parte dos habitantes trabalham em industrias, empresas e comercio local.

3.1.4 Aspectos Sociais

É de suma importância apresentar os dados referentes aos aspectos de vulnerabilidade social do município de Igaraçu do Tietê, segundo o Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE).

Comparando a estimativa estadual, considera-se o município com alta vulnerabilidade social, quando em 2006 e em 2008 a cidade foi classificada no grupo 04 - Município que apresenta baixos níveis de riqueza e nível intermediário de longevidade e/ou escolaridade.

Quadro 1 - Critérios de Formação dos Grupos do IPRS

Grupos	Critérios	Descrição
Grupo 1	Alta riqueza, média longevidade e média escolaridade	Municípios que se caracterizam por um nível elevado de riqueza com bons níveis nos indicadores sociais
	Alta riqueza, média longevidade e alta escolaridade	
	Alta riqueza, alta longevidade e média escolaridade	
	Alta riqueza, alta longevidade e alta escolaridade	
Grupo 2	Alta riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade	Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não são capazes de atingir bons indicadores sociais
	Alta riqueza, baixa longevidade e média escolaridade	
	Alta riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade	
	Alta riqueza, média longevidade e baixa escolaridade	
	Alta riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade	
Grupo 3	Baixa riqueza, média longevidade e média escolaridade	Municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores sociais
	Baixa riqueza, média longevidade e alta escolaridade	
	Baixa riqueza, alta longevidade e média escolaridade	
	Baixa riqueza, alta longevidade e alta escolaridade	
Grupo 4	Baixa riqueza, baixa longevidade e média escolaridade	Municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade
	Baixa riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade	
	Baixa riqueza, média longevidade e baixa escolaridade	
	Baixa riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade	
Grupo 5	Baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade	Municípios mais desfavorecidos do Estado

Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS

A população possui renda per capita de 2,34 salários mínimos, sendo este, relacionado ao nível estadual, considerado baixo e muitas vezes insuficiente para a sobrevivência das famílias, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Condições de vida e renda per capita



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico

Em relação à taxa de analfabetismo, a população de Igaraçu do Tiete apresenta uma porcentagem de 9,48%, sendo esta considerada alta em relação ao estado de 6,64, quando grande parte dos habitantes encerram os estudos devido à trabalhos precoces, necessitando contribuir com a renda familiar, desde muito jovens, revelando apenas 58,69% da população com menos de 08 anos de estudo.

Dessa maneira, entende-se que o município é considerado pobre, apresentando baixa arrecadação, índices visíveis de analfabetismo, renda per capita inferior ao necessário para a sobrevivência, porém em relação ao estado o mesmo apresenta níveis elevados de habitação e infra estrutura, no que se refere à coleta de lixo, abastecimento de água, esgoto sanitário e infra estrutura urbana.

3.2 Pesquisa: considerações preliminares

Pesquisa é uma atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade e, que, é ela que alimenta a atividade e ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação, quando nada pode ser intelectualmente um problema, se não

tiver sido em primeiro lugar, um problema da vida prática.

Neste sentido, entende-se que é no universo do cotidiano que nascem as inquietações que nos levam ao desenvolvimento e aprofundamento da pesquisa. Podemos dizer que a existência do desconhecido e o confronto com o que é estranho são instrumento e elementos que nos atraem para o pensar, desenvolver, produzir e descobrir novos conhecimentos.

O fato de ter-se trabalhado com o objeto projeto ético político de Serviço Social nos possibilitou identificar como se dá a materialização e efetivação deste projeto no exercício profissional dos assistentes sociais, conhecendo e analisando a prática profissional do Serviço Social, bem como os rumos éticos políticos da prática profissional do Serviço Social na efetivação de direitos sociais, à partir da articulação e aplicabilidade das três dimensões da profissão: teórico – metodológica, ético - política e técnico – operativa.

Os campos empíricos desta pesquisa foram os espaços ligados diretamente à Prefeitura Municipal de Igarapé do Tiete e que contam com profissionais da área do Serviço Social, os quais comporam o universo da pesquisa, sendo assistentes sociais do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde, totalizando 06 (seis) sujeitos da pesquisa, escolhidos intencionalmente.

De acordo com as novas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o CRAS é uma unidade pública estatal localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada ao atendimento sócio assistencial de famílias. É o principal equipamento de desenvolvimento dos serviços sócio assistenciais da Proteção Social Básica. Constitui espaço de concretização dos direitos sócio assistenciais nos territórios, materializando a política de assistência social.

O CRAS é um lugar que possibilita, em geral, o primeiro acesso das famílias aos direitos sócio assistenciais e, portanto, à proteção social. Estrutura-se, assim, como porta de entrada dos usuários da política de assistência social para a rede de Proteção Básica e referência para encaminhamentos à Proteção Especial.

Desempenha papel central no território onde se localiza ao constituir a principal estrutura física local, cujo espaço físico deve ser compatível com trabalho social com famílias que vivem no seu território de abrangência e conta com uma equipe profissional de referência.

Nesse sentido, destacam-se como principais atuações do CRAS prestar serviços continuados de Proteção Social Básica de Assistência Social para famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, por meio do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), prevenindo as situações de risco no território onde vivem famílias em situação de vulnerabilidade social apoiando famílias e indivíduos em suas demandas sociais, inserindo-os na rede de proteção social e promover os meios necessários para que fortaleçam seus vínculos familiares e comunitários e acessem seus direitos de cidadania.

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Igarapu do Tiete tem a missão institucional de formular, implantar, regular, financiar, executar, monitorar e avaliar a Política Municipal de Assistência Social, como parte integrante Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Seu âmbito de ações é o da Seguridade Social que, conforme a Constituição Federal, compõe-se de três áreas da política pública: saúde, previdência e assistência social.

Os principais instrumentos de gestão são o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS). As políticas-fim estão voltadas para o atendimento integral às famílias, às crianças e aos adolescentes, às mulheres, aos idosos, às pessoas em situação de rua e às pessoas com deficiência, estabelecendo-se como prioridade os segmentos que se encontrem em situação de vulnerabilidade social.

A Secretaria responde pela concessão, gestão ou orientação às famílias quanto aos benefícios socioassistenciais que são de três modalidades: Continuados (transferência direta e regular de renda): Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas idosas e pessoas com deficiência (federal), o bolsa-família (federal), o renda cidadã (estadual), o ação Jovem (estadual) e a garantia de renda mínima (municipal); Eventuais: suplementação alimentar, bilhete de transporte urbano, segunda via de documentos pessoais, passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, pagamento de contas de água e luz, aquisição e manutenção de instrumentos de trabalho, fotos e fotocópias para documentos pessoais e pequenos reparos na moradia; Emergenciais: abrigo e suprimentos alimentares e de higiene.

As políticas-meio são de parcerias, de recursos humanos, de comunicação institucional, de relações interinstitucionais, de tecnologia da informação, de

vigilância social, de gestão do espaço físico, instalações e equipamentos e de gestão de recursos financeiros.

Por ultimo apresenta-se a Secretaria Municipal de Saúde, é um espaço situado no centro do município que atende toda a população de Igarapu do Tiete, sem distinção de cor, credo, religião e tem como objetivo promover assistência médico-hospitalar, odontológica, de profilaxias, campanhas sanitárias e epidemiológicas de prevenção, bem como instituir o atendimento e acolhimento humanizado ao usuário da rede municipal de saúde.

A área de atuação da Saúde divide-se em:

1 - Assistência, que compreende:

- a) Atenção Básica
- b) Média Complexidade
- c) Alta Complexidade

2 - Vigilância em Saúde, que aborda:

- a) Vigilância Sanitária
- b) Vigilância Epidemiológica
- c) Vigilância Ambiental

A Secretaria Municipal de Saúde é responsável pela programação, análise, execução e atualização das Políticas Públicas de Saúde estabelecidas pelo Ministério da Saúde, além da articulação e coordenação de projetos e campanhas no âmbito municipal. Trabalha de maneira coordenada e articulada com outras organizações, sejam elas: empresas privadas, autarquias, organizações não-governamentais (ONG's) e instituições públicas nas esferas Municipal, Estadual e Federal.

Desta maneira, opta-se por realizar pesquisa de natureza numa abordagem exploratória, dando ênfase aos dados subjetivos, pois muito mais do que descrever um objeto, busca conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos e consubstancia uma dimensão política e critica reflexiva dada na dialética das partes que se envolvem no processo.

Assim Martinelli (1999, p. 21)) pontua que:

A pesquisa qualitativa tem por objetivo trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas também o que o sujeito tem

a me dizer a respeito. Parte de uma perspectiva muito valiosa, porque à medida que se localizar a percepção dos sujeitos torna-se indispensável o contato direto com o sujeito da pesquisa (...) A riqueza que essa pesquisa traz para o pesquisador é muito importante, permitindo-lhe aprofundar efetivamente o objeto de análise.

Trabalha-se com amostragem não probabilística de forma intencional, sendo que os sujeitos foram escolhidos intencionalmente, de acordo com a importância para a pesquisa, sabendo que “[...] a amostragem é um processo de determinação de um todo e das unidades que compõem um agregado, em que uma parte será tomada como representativa de todo o agregado.” (MINAYO, 1996, p. 45-46)

O contexto e instrumentais da pesquisa (apêndices A, B e C) foram explicados à Secretária de Assistência Social do município de Igarçu do Tiete, a fim de entendimento e liberação das profissionais vinculadas à Prefeitura Municipal da Estância Turística de Igarçu do Tiete, para a participação da pesquisa.

Foram utilizados alguns instrumentais técnicos de coleta de dados que foram selecionados de acordo com o objeto de estudo, entre outros recursos adotados e que contribuíram para a construção da pesquisa. Portanto, dentro dos instrumentais selecionados aponta-se:

A observação sistemática que é frequentemente utilizada nas pesquisas que tem como objetivo a descrição precisa de fenômenos ou no teste de hipóteses. Pode ser planejadas e controladas.

Para Chizzotti (2003, p. 54):

A observação sistemática objetiva superar as ilusões das percepções imediatas e construir um objeto que, tratado por definições provisórias, seja descrito por conhecimentos e estes permitam ao observador formular hipóteses explicativas a serem ulteriormente constatadas e analisadas.

A entrevista por pautas, realizada através de perguntas diretas, deixando o entrevistado falar livremente sobre as pautas assinaladas. À respeito desta técnica, Lakatos e Marconi (2002, p. 94) ressaltam que:

A entrevista por pautas exige habilidade e perspicácia por parte do entrevistador que tem a liberdade de fazer as perguntas que quiser, sonda razões e motivos e dá esclarecimentos de acordo com a situação em foco.

O grupo focal, utilizado como complemento da entrevista por pautas, é uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador, para maior análise do conteúdo e objeto de estudo em foco, considerado um instrumento muito útil para obtenção de opinião e atitudes, bem como identificar percepções e representações sociais. Foi também utilizado para aprofundar algumas discussões e garantir a confiabilidade dos resultados da pesquisa, o qual reuniu sujeitos que apresentavam algo em comum.

As entrevistas e grupo focal foram gravadas em fitas eletromagnéticas, com autorização prévia dos sujeitos e posteriormente transcritas. Além da pesquisa de campo, realizamos também a pesquisa bibliográfica e documental.

Acredita-se que a subjetividade do pesquisador está presente em cada momento do processo de investigação e é preciso estar ciente desse fato para saber conhecer e lidar com essas interferências. Portanto, por mais que procuremos captar dados reais e objetivos, o resultado será uma interpretação, uma versão dos fatos que poderá ser confrontada com outras. Neste sentido, o resultado de uma pesquisa em ciências sociais constituem-se numa aproximação com a realidade social, o qual tem sempre um valor positivo.

3.2.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Inicialmente, é necessário esclarecer que, antes mesmo da realização da pesquisa de campo para a defesa de dissertação, o projeto de pesquisa foi submetido a avaliação pelo Comitê de Ética e exame de qualificação desta universidades, o qual foi analisado e aprovado em reunião ocorrida no dia 18 de agosto do ano de 2010, registrado sob o CEP 054/2010.

Para caracterização e conhecimento dos sujeitos participantes da pesquisa, foi realizado, primeiramente, a entrevista, obtendo um total de 06 sujeitos participantes, sendo 03 (três) da Secretaria Municipal de Assistência Social, 02

(dois) do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), 01 (uma) da Secretaria Municipal de Saúde.

Tratando-se do grupo focal, o mesmo foi realizado no dia 14 de março de 2011, na Sede do Centro de Formação da Criança e do Adolescente de Igarçu do Tietê - Projeto Vida (Entidade beneficente de assistência social do município de Igarçu do Tietê, que atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social), localizado na Rua Salvador Thomé, 552, Conjunto Residencial Segura Garcia, em Igarçu do Tietê, das 13h30 às 15h45, quando obtivemos a presença de apenas 04 sujeitos da pesquisa, haja vista que 02 (dois) não compareceram e não justificaram a ausência. Cabe ressaltar ainda que, a falta de apenas 02 (dois) sujeitos não afetou o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que tivemos pelo menos um representante de cada espaço solicitado.

Segundo procedimento da pesquisa, abaixo os sujeitos da pesquisa.

Quadro 2 - Identidade das profissionais entrevistadas ¹

Nome	Idade	Graduação	Faculdade	Ano de Conclusão	Outros Cursos- Ano de conclusão
Girassol	33	Serviço Social	Instituição Toledo de Ensino	1999	Especialização – 2010
Rosa	36	Serviço Social	Instituição Toledo de Ensino	1996	Especialização – 2000
Violeta	46	Serviço Social	Instituição Toledo de Ensino	1988	Não tem
Magnólia	26	Serviço Social	Instituição Toledo de Ensino	2008	Não tem
Dália	43	Serviço Social	ITE – Instituição Toledo de Ensino	1991	Não tem
Cravo	35	Serviço Social	ITE – Instituição Toledo de Ensino	1996	Não tem

Fonte: Fernanda dos Santos Varandas, 2011.

Não estabelece-se como critério o sexo dos sujeitos, porém 100% de entrevistados são do sexo feminino, haja vista o fato de que as mulheres constituem a maioria dos profissionais de Serviço Social.

A idade dos sujeitos compreendem de 26 à 46 anos, com predominância na faixa dos 30 anos, demonstrando que 50% são profissionais com mais de 10 anos de formação e prática profissional.

Com relação à graduação, 100% dos os sujeitos são Assistentes Sociais, uma vez que por se tratar do tema projeto ético político de Serviço Social este foi um quesito essencial para a participação na pesquisa.

No que se refere à faculdade, ou seja, local de formação, 100% dos participantes foram graduados na Instituição Toledo de Ensino (ITE), Faculdade de Serviço Social de Bauru, sendo esta a única faculdade que oferece o curso de Serviço Social da região, a aproximadamente 20 anos, segundo a própria instituição.

¹ Os nomes são fictícios, a fim de preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa

Por esta constatação, é que através dos levantamentos e constatações há de se realizar a devolutiva da pesquisa através de:

- Contato e explanação dos resultados levantados para os participantes da pesquisa, profissionais da área e instituição a qual todos os sujeitos entrevistados foram graduados (Instituição Toledo de Ensino – Faculdade de Serviço Social de Bauru).
- Reunião com membros da coordenação da Faculdade de Serviço Social para explanação da pesquisa e seus resultados, visando propor ações que façam frente às dificuldades levantadas, bem como maior evidencia ao projeto ético político de Serviço Social (dificuldades esta evidenciada também pelos alunos de estágio, a qual a aluna em questão é supervisora) – devolutiva já realizada e com resultados positivos, através da aceitação das pontuações realizadas.
- Propor realização de oficina sobre o objeto de estudo aos graduandos e profissionais da área na mesma faculdades citada acima, objetivando fazer frente as necessidades postas – devolutiva já realizada com aceitação da proposta, agendada a partir de agosto de 2011.
- Criação de grupo de estudos sobre “A prática profissional” envolvendo todos os sujeitos da pesquisa e profissionais da área do município de Igarçu do Tiete e cidade vizinha de Barra Bonita – iniciativa idealizada.

Sobre o ano de conclusão da graduação, a pesquisa aponta predominância nos anos de 1990, com 66,8% referentes à 4 sujeitos, 01 dos sujeitos concluiu o curso atualmente e outro no anos de 1980, quando podemos perceber que são profissionais com muitos anos de formação, haja vista que nos anos de 1980 e 1990 as diretrizes curriculares e vertentes do curso de Serviço Social voltavam-se ao tradicionalismo, época em que a profissão buscava seu marco através do movimento de reconceituação, ou seja, a transformação das diretrizes do Serviço Social.

Quanto à questão referente à realização de outros cursos e ano de conclusão, percebe-se que apenas 33,4%, sendo 02 sujeitos complementaram a graduação com outros cursos de especialização, demonstrando a importância da formação continuada para produção de conhecimentos. Por outro lado, a maioria dos participantes, sendo 04 – 66,8%, não realizaram nenhum curso após o termino da graduação, não tornando o processo critico reflexivo profissional atuante na teoria e prática social.

Quadro 3 – Exercício Profissional e tempo de atuação

Nome	Exercício profissional atual	Ano de início do exercício atual	Outras Experiências	Tempo total de atuação profissional
Girassol	Secretaria Municipal de Assistência Social	2010	Saúde e Assistência Social	11 anos
Rosa	Centro de Referência da Assistência Social	2010	Assistência Social	13 anos
Violeta	Secretaria Municipal de Saúde	2003	Empresarial e Assistência Social	24 anos
Magnólia	Centro de Referência da Assistência Social	2010	Assistência Social	02 anos
Dália	Secretaria Municipal de Assistência Social	2006	Assistência Social	13 anos
Cravo	Secretaria Municipal de Assistência Social	2002	Centro de Referência da Assistência Social – CRAS	11 anos

Fonte: Fernanda dos Santos Varandas, 2011

Quanto ao exercício profissional atual dos sujeitos, observa-se que 100% são profissionais de espaços subsidiados e ligados à Prefeitura Municipal de Igarapu do Tietê, coordenados diretamente pela atual administração, primeira dama e secretária da assistência e desenvolvimento social. Cinco, dos seis espaços sócio ocupacionais, apresentam mais de 20 (vinte) anos de existência, apenas o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), tem 01 (um) ano de fundação na cidade, sendo um serviço novo para a população usuária.

Em relação ao ano de início do exercício atual, entende-se que apenas os 02 (dois) sujeitos do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), sendo 33,2%, apresentam apenas 01 ano de atuação e prática, devido à data de sua fundação. 01 – 16,6% (um) dos 05 (cinco) sujeitos demonstram apenas 01 (um) ano de exercício no espaço atual, porém o mesmo apresenta outras experiências profissionais ligadas à Assistência Social, como podemos verificar no quadro acima. Destes 03 (três) sujeitos citados, pode-se evidenciar que os 03 (três) restantes apresentam de 05 (cinco) à 09 (nove) anos de atuação profissional em um mesmo espaço ocupacional.

Sobre outras experiências e tempo de atuação profissional, evidencia-se que, 100% dos entrevistados possuem de 01 à 03 experiências em espaços diversificados, possuindo ainda de 02 (dois) à 24 (vinte e quatro) anos de experiência e tempo de atuação em áreas diversas, oportunizando uma visão ampla da prática, atuação e realidade vivenciada em cada espaço trabalhado.

Portanto ressalta-se que, estes sujeitos passaram pela mesma faculdade, porém em momentos diferentes. Para muitos deles, a conclusão do curso foi dada há aproximadamente 13 anos, porém poucos deram continuidade aos estudos, através do aprimoramento intelectual, crítico e reflexivo.

Também fica claro que estes profissionais apresentam anos de prática e outras experiências, o que vem a contribuir de forma positiva na atuação e maturidade profissional, porém não houve o complemento teórico para a prática, correndo o risco de um mero praticismo, ou seja, uma prática sem fundamentos e embasamentos teóricos, uma vez que do ponto de vista estritamente profissional, o materializar o projeto ético político implica ter o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social, dando ênfase a uma formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta

da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto) formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa.

CAPÍTULO 4

IMPORTÂNCIA E COMPREENSÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DE SERVIÇO SOCIAL NA PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL

Entende-se que a fase de análise da pesquisa tem como finalidade estabelecer uma compreensão dos dados coletados, afirmar ou não os pressupostos da pesquisa e responder as questões formuladas, além de ampliar os conhecimentos e idéias sobre o tema e assunto pesquisado, articulando-o ao contexto social, político e cultural da qual ele faz parte.

Ainda que tenha-se elaborado, inicialmente, a parte teórica, para, posteriormente, desenvolvermos a pesquisa de campo, pretendemos agora realizar a análise do conteúdo coletado, de acordo com os pressupostos da proposta dialética: não há consenso nem ponto de chegada no processo de produção de conhecimento e a ciência se constrói numa relação dinâmica entre a razão daqueles que a praticam e a experiência que surge na realidade concreta. Busca-se a base, também, no pressuposto da abordagem qualitativa, que reconhece todas as pessoas que participam da pesquisa como sujeitos históricos e que possuem capacidade de intervir nos problemas identificados em seu cotidiano.

Foram adotados como ponto de referência a importância e compreensão do projeto ético político de Serviço Social, quando a partir deste caminho levantamos as seguintes categorias:

- Materialização do projeto ético político na atuação profissional;
- Eficácia e eficiência do projeto ético político na sociedade;
- Reflexão sobre a profissão durante o processo de formação acadêmica;
- Desafios do mundo do trabalho para a atuação profissional;
- Identidade e legitimação profissional;
- Dicotomia entre discurso e prática;

Inicia-se a análise através do ponto referencial da importância e compreensão sobre o projeto ético político do Serviço Social, pois acredita-se que evidenciar as concepções sobre esta questão, trará maiores subsídios para entender e desmistificar o contexto atual sobre o objeto de estudo em foco.

4.1 Importância e compreensão do projeto ético político de Serviço Social

Compromisso com a população usuária é a palavra que define bem [...] (Girassol)

A intenção era compreender o que é, e, qual importância do projeto ético político para a prática profissional do Serviço Social. Neste sentido, foi indagado:

O que é o projeto ético político do Serviço Social e qual a importância dada a este conceito?

O projeto ético político do Serviço Social, prioriza uma nova relação com os usuários dos serviços oferecidos pelos profissionais de serviço social. Prega o compromisso do profissional com a qualidade nos serviços prestados e exige do mesmo uma formação continuada, com aprimoramento profissional, com postura investigativa e posição crítica. (Rosa)

Comprometimento e compromisso é o que definem o projeto ético político, porque a partir do momento que você tem compromisso e envolvimento você vai buscar suporte técnico operativo, teórico metodológico e ético político. (Girasol)

Compromisso e comprometimento no sentido de não fragmentar os nossos usuários, de enxergá-lo como um todo e na sua integralidade, aí se dá a importância de um trabalho de intersetorialidade. É trabalhar juntos e com mesmo objetivo. (Violeta)

Esses relatos fazem refletir sobre o que é projeto ético político e qual a importância deste para a prática profissional do assistente social. Fica muito claro, que os depoimentos seguem uma mesma linha de pensamento, quando pontuam que o projeto ético político prega o compromisso e comprometimento do profissional com a qualidade dos serviços prestados, evidenciando uma postura profissional com primazia na ética e respeito pelos usuários. Porém, percebe-se que as falas trazem sentidos e reflexões superficiais, demonstrando um conhecimento obsoleto e tradicional sobre o assunto questionado, haja vista a necessidade para a obtenção de uma clareza teórica sobre a história e conquistas sobre o projeto de profissão do Serviço Social, evitando o risco de retrocesso ao pragmatismo e ecletismo em tempos de concretização da proposta ético político do Serviço Social.

Na minha época, quando me formei ainda não se falava disso, em 1989, fiz vários cursos e aí em 2004 eu tive acesso a este projeto. (Violeta)

Este sujeito demonstra sua vivência sob a mudança ocorrida na grade curricular do curso de Serviço Social, pois como mencionado acima, este concluiu sua formação nos anos de 1980, época em que o Serviço Social estava em busca de novas diretrizes e transformações na profissão, mudanças essas iniciadas à partir de 1986. Evidencia-se também a dificuldade de se falar e refletir sobre o projeto ético político, quando os próprios profissionais da área pouco conhecem ou falam sobre o mesmo, haja vista que muitos desconhecem o assunto ou quando fala-se de projeto ético político, pensam em um documento único, pronto e palpável.

Torna-se imprescindível para sua materialização reconhecer que o projeto ético-político não é um produto endógeno, pronto e definitivo, muito menos uma abstração. Ao contrário, é uma longa construção social que se faz em meio a um complexo jogo de forças políticas, implicando sempre a exigência de luta por hegemonia.

Já o relativo desconhecimento do projeto ético-político pela categoria, pode também ser justificado, pela precoce inserção do tema no debate do Serviço Social e, ainda pela parca produção de conhecimentos acerca do tema – elemento fundamental para a socialização das idéias criadas no seio de uma determinada vanguarda, no caso a profissional.

Pode-se dizer que este desconhecimento não eliminou a incorporação do projeto entre a categoria dos assistentes sociais. Ao contrário, é inegável dizer que traços dele estão presentes no cotidiano dos assistentes sociais que o operam nas diversas situações profissionais, pois como vê-se pelos depoimentos, os assistentes sociais ressaltam um breve conhecimento sobre o assunto, porém não deixam de demonstrar pequenos eixos que fundamentam esse projeto profissional.

Aí entra a história, a lesão, normatização da profissão. O projeto ético político é muito amplo. Considero dentro de uma pirâmide, o qual ele seria a base, é a partir dele que você vai conseguir trabalhar o todo, seguindo o princípio de que a nossa lei diz de respeito ao usuário, pois não é só ter conhecimento da família, mas respeitar o usuário, dentro da sua limitação, porque a gente não pode impor. (Cravo).

Considera-se esse relato mais amplo e dinâmico, quando o sujeito tem conhecimento mais amplo sobre o projeto ético político, demonstrando que este faz parte de seu cotidiano através das legislações e normatizações da profissão.

Todos os profissionais mencionados acima demonstram através de seus depoimentos a importância do respeito pelo usuário dentro de suas limitações, quesito este primordial para a prática do assistente social e previsto no código de ética profissional.

Como citado anteriormente por autores como Marilda Yamamoto e José Paulo Netto, o avanço do projeto ético político nos anos 80 deveu-se à construção de elementos que o materializaram, dentre eles, o Código de Ética de 1986, as diretrizes curriculares e a lei de regulamentação da profissão, tratando-se de tentativas de tradução, não só legítima, como legal (através do órgão de fiscalização profissional, o CFAS - Conselho Federal de Assistentes Sociais, hoje CFESS, da inversão ético-política do Serviço Social, amarrando seus compromissos aos das classes trabalhadoras.

4.1.1 Materialização do projeto ético político na atuação profissional

Fazer o que é comum não gera riscos e conflitos com o outro. (Rosa)

De acordo com os conhecimentos levantados acima, foi analisado como estes profissionais de Serviço Social vem materializando o projeto ético político de Serviço Social, no trabalho realizado no âmbito das políticas públicas, com vistas a contribuir com subsídios para o fortalecimento deste projeto coletivo. Assim, foi realizado o seguinte questionamento.

O Projeto Ético Político esta sendo materializado no trabalho realizado pelo Serviço Social? De que forma?

Em primeiro momento os sujeitos pensaram e repensaram sobre a pergunta, precisando de tempo hábil para iniciar as reflexões. Quando percebeu-se uma devida insegurança em colocar suas idéias, a questão novamente foi explicada e reafirmada.

Eu acho que sendo colocado em prática ele está, eu não acho que a gente faça um trabalho simplesmente sem nada, porque a gente tem que fundamentar o trabalho, então eu acredito que na medida do que é possível sim, porque existem dois lados, um lado que coloco o que é para ser feito e o outro que o local de trabalho te limita a fazer, então nem sempre aquilo que você se propõe a fazer, você consegue, então eu acho que dentro de tudo aquilo que é possível, é feito (Cravo).

Nesta fala não pode-se negar que o projeto ético político de Serviço Social está sendo brevemente reconhecido em suas ações. Porém, o depoimento deixa claro que os limites e barreiras institucionais, encontradas e impostas nos campos de trabalho, podem estar impedindo este profissional de realizar suas ações da maneira como planejou e pensou, mediante a realidade vivenciada.

Neste sentido, entendemos que essas dificuldades são evidenciadas em grande parte dos campos de atuação do assistente social, sendo ele um trabalhador assalariado e sujeito às imposições, regras e normas institucionais, que muitas vezes podem impedir o mesmo a desenvolver uma prática humanitária e voltada aos princípios que regem a profissão. Porém, estas não podem ser vistas como impedimentos, mas como um desafio ao profissional, o qual através da direção ético política do trabalho profissional, o assistente social deve buscar enfrentar tais questões postas, tendo um entendimento amplo da realidade social, investigando e evidenciando meios de superação dos desafios postos ao trabalho social.

O projeto ético político, por mais que tenhamos limitações, que tem, eu acho que o meu eu é o que importa, porque por mais que eu vá e seja barrada, eu vou buscar ou formas de transpor essa barreira ou então vai ser um limite institucional, municipal, enfim, legal, mas a minha parte, enquanto profissional, esta sendo feita, isso que é muito importante. (Girassol)

Ai entra o eu profissional, o compromisso e o comprometimento. Existem muitos caminhos, por isso exige que o profissional enxergue grande, para não fragmentar, porque se ele for em busca de um determinado benefício e você não ouvi-lo corretamente, você só vai atendê-lo naquela necessidade, agora se você ouvi-lo e questioná-lo, você consegue ir além e melhorar muito a qualidade de vida dele. Este é o diferencial, você olhar o todo e estar atendendo aquilo que ele está falando, isso é fundamental ao profissional [...]. (Violeta)

Estes sujeitos abordaram questões relacionadas às exigências profissionais, quando em meio aos grandes desafios vivenciados cotidianamente, é necessário a busca ativa e proativa, estar atento às mudanças e transformações ocorridas. Essas afirmações também leva a refletir sobre os limites institucionais encontrados no dia a dia profissional, e a necessidade de um profissional inovador, criativo e crítico para transpor esses limites e barreiras, que muitas vezes são impostos.

Diante deste contexto, evidencia-se que há a necessidade de um agir profissional comprometido, com ações inovadoras, objetivando efetivação de direitos sociais e acesso a cidadania, ou seja, um profissional que reconheça a liberdade dos sujeitos como valor ético central, o qual tem capacidade de fazer suas próprias escolhas, construindo respostas calcadas nos processos sociais, sendo este capaz de fazer frente, de maneira efetiva e criadora, aos desafios dos novos tempos, nos rumos da preservação e ampliação das conquistas democráticas na sociedade brasileira.

A questão de competência vem muito com a maturidade, é experiência e sabedoria e aproveitar o seu conhecimento, porque ninguém nasce pronto, você vai aprendendo e ninguém sabe tudo, observando outros colegas de trabalho, enfim, é experiência do dia a dia. Até então quando você entra você não sabe até onde pode ir, em função dos riscos e correr riscos causa uma certa insegurança. (Violeta)

O que a gente percebe em plantão, às vezes a pessoa não vai em busca de nada, mas ela precisa conversar, mas ela precisa arrumar um jeito para ir até lá. Então, nosso caso na secretaria, a pessoa leva um problema e a gente percebe outros, e então a gente vê que é muito diferente daquilo que ela levou, então em plantão a gente percebe muito isso. (Rosa).

Nestes depoimentos e reflexões pode-se perceber um complemento com os depoimentos acima, quando os profissionais afirmam a questão da competência relacionada à maturidade profissional e às experiências vivenciadas cotidianamente, estando atento para decifrar aquilo que está obscuro e que não é imediato, valorizando a totalidade. Para tal, o exercício da profissão exige, portanto, um profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar

apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho.

4.1.2 Eficácia e eficiência do projeto ético político na sociedade

[...] nós que temos muita coisa para enfrentar, não da pra ficar parado, temos que buscar e transformar (Rosa).

Para desmistificar a eficácia e eficiência do projeto ético político na sociedade contemporânea, foi necessário repensar e refletir sobre como os profissionais estão contribuindo, através de suas ações cotidianas, para o fortalecimento deste projeto. Para tal, foi discutida a questão abaixo.

O que contribui para o fortalecimento deste projeto na sociedade contemporânea? Qual meu papel mediante este processo?

Eu acho que a gente nunca conseguiu 100%, eu acho que somos seres humanos, mas eu acho que cada um de nós quer fazer o melhor, que fazer a diferença. Eu acho que a gente tem que sempre atender o outro da forma como a gente gostaria de ser atendido (Violeta)

Enquanto profissional a gente acaba buscando o melhor, porque não tem como ficar parado. Vai ficar parado aquele que esta para aposentar e que não quer mais nada (Cravo).

De acordo com os depoimentos citados acima, percebe-se que estes profissionais estão caminhando para o fortalecimento deste projeto, haja vista as dificuldades vivenciadas diariamente. Relatam a importância de não ficar parado e oferecer o melhor de si para atender o outro.

Como evidenciado por Iamamoto (2004) é preciso estabelecer os rumos e estratégias de ação a partir da elucidação das tendências presentes no movimento da própria realidade, decifrando suas manifestações particulares no campo sobre o qual incide a intervenção profissional. Uma vez decifradas, essas tendências podem

ser acionadas pela vontade política dos sujeitos, de forma a extrair estratégias de ação reconciliadas com a realidade objetiva, de modo a preservar sua viabilidade, reduzindo assim a distância entre o desejável e o possível.

Tal perspectiva reforça a preocupação com a qualidade dos serviços prestados, com respeito aos usuários, formulando propostas e estratégias de ação, de políticas criativas zelando pela eficácia dos serviços prestados. Esta natureza do trabalho profissional requer um diferencial para a profissão, que possibilite a transformação crítica e dialética da categoria profissional. Dimensionar o novo trabalho profissional significa captar as inéditas mediações históricas que moldam os processos sociais e suas expressões nos vários campos em que opera o Serviço Social.

Portanto, pode-se perceber que diante de todas as transformações societárias e profissionais ocorridas nos últimos anos, ao profissional é exigida uma bagagem teórico-metológica que lhe permita elaborar uma interpretação crítica do seu contexto de trabalho, um atento acompanhamento conjuntural, que potencie o seu espaço ocupacional, estabelecimento de estratégias e ações para com a população usuária.

E mesmo o serviço social e assistência social tornando-se política pública, com toda essa nova legislação, forma de gerir a assistência que o governo já tem, isso traz uma maneira com que aprenda, busque, porque não consegue executar nem o mínimo ou acompanhar, porque as vezes você acaba ficando tão obsoleta que você não acompanha mais, você fica perdida. Você tem que estar indo de encontro com as legislações. Porque antes era Código de ética e Lei Orgânica da Assistência Social, você sabia isso, você sabia tudo, agora mudou. Avançou muito e vai avançar muito mais, e isso só vem engrandecer a profissão, porque não existem mais eu vou bater um papo com aquela família, agora existe toda uma normatização de como bater este papo com a família, o que você tem que trabalhar com ela e como você tem que trabalhar com ela e você é obrigado a ler a cartilha. E isso é muito positivo, porque fica algo muito mais técnico (Cravo)

Neste sentido, entende-se que, para ocorrer o fortalecimento do projeto ético político profissional, segundo o depoimento do sujeito acima, é necessário que os profissionais de Serviço Social busquem novos conhecimentos, visando entender, decifrar e acompanhar as novas tendências e mudanças. Que o assistente social não seja um mero tarefeiro e apenas executor de ações e tarefas, mas que

fundamente sua prática em uma teoria de base sólida.

Porém analisando todas as falas e indagações acima citadas, percebe-se uma dicotomia entre o discurso e a prática, pois segundo entrevista, grande porcentagem das assistentes sociais não possuem nível de pós graduação, não demonstrando a demasiada importância, encontrada nas falas, sobre a formação continuada, quando evidencia-se um depoimento vazio, sem ações concretas e reais, sendo esta uma falha encontrada nas diversas profissões, quando os profissionais permanecem estagnados no desenvolvimento do processo crítico e reflexivo da profissão.

4.1.3 Reflexão sobre a profissão durante o processo de formação acadêmica;

[...] cheguei à conclusão que depende muito da pessoa, da identificação, da imagem (Violeta).

Partindo do pressuposto sobre a formação acadêmica e a sua influência na forma de pensar, refletir e agir do profissional de Serviço Social, trazendo a tona todas as questões cotidianas dos cursos à distancia e a diferença entre as faculdades e universidades existentes, foi levantado a seguinte pergunta.

A formação acadêmica influencia diretamente na reflexão teórico prática sobre o significado social da profissão?

É lógico que nós vamos nos lapidando com as experiências e praticas, mas é lógico que é uma bagagem muito importante, porque se você não tem conhecimento teórico, e ai (Cravo)

Neste depoimento averigua-se que, o sujeito alega que o momento da formação acadêmica é muito importante, sendo este a bagagem para a prática profissional, seguindo o pensamento de que a teoria é um complemento para a prática, sendo a essência para o trabalho profissional. O restante é consequência das experiências e práticas cotidianas.

Eu acho que depende muito do aluno, porque é o primeiro ano que eu tenho estagiária e de ensino a distancia, mas é praticamente uma profissional pronta. (Violeta)

Este sujeito revela que, o processo reflexivo e entendimento da profissão dependem também do aluno, da forma como este interage e participa da formação acadêmica e ainda pontua positivamente sobre o ensino a distancia, destacando a postura e maturidade profissional apresentada por um aluno à distância.

Sendo assim, percebemos que esta profissional não visualiza nenhuma diferença prejudicial na formação acadêmica, que independentemente do lugar em que foi graduado, a maior responsabilidade é do aluno, bem como sua postura, atitudes e identificação com a profissão.

Eu também acho, mas ainda acho que a fundamentação teórica, a presença do professor faz a diferença, porque se essa pessoa que esta pronta fizesse uma faculdade presencial, ela seria melhor ainda (Cravo).

Porque se esse profissional não é bom e é fraquinho, ele vai competir no mesmo mercado de trabalho que os outros (Rosa).

Nos depoimentos dos sujeitos acima, observamos a importância dada não tão somente à responsabilidade do aluno para com sua formação, mas também da faculdade ou universidade para com este aluno. Destaca ainda a relevância da presença de um professor, aguçando assim a reflexão teórico-crítica da prática profissional, visando um profissional que não seja apenas executor, mas um ser pensante e crítico.

Neste sentido, pontua-se uma mudança no entendimento e na finalidade da universidade durante o processo de formação, pois trata-se de uma perspectiva que restringe o seu sentido como uma usina produtivista e fábrica de diplomas ignorando suas características como espaço de ensino, pesquisa, extensão e produção autônoma de conhecimento. Essa política não garante padrão de qualidade teórica, técnica, ética e social na educação superior e se destina exclusivamente a responder às exigências do capital financeiro com expansão quantitativa de vagas e submissão às demandas do mercado.

Diante dessa conjuntura, entende-se e deve-se investir esforços para difundir o Serviço Social como uma profissão comprometida com a formulação, defesa e luta pela materialização de direitos, elegendo como eixo de debate a importância de uma formação acadêmica e profissional de qualidade e condições dignas de trabalho, como pressupostos para uma sociedade democrática, com acesso igualitário aos direitos.

4.1.4 Desafios do mundo do trabalho para a atuação profissional

Se eu não brigo nem pelo que é meu, como eu vou brigar pelo dos outros (Girassol).

Neste momento busca-se refletir sobre o mundo do trabalho, bem como os desafios postos aos profissionais de Serviço Social e formas de enfrentamento.

Quais os desafios do mundo do trabalho postos aos Assistentes Sociais? O projeto ético político tem sido base para enfrentamento de tais desafios?

É aquela do assistente social que dá as coisas, assistencialismo. O projeto ético político é um grande diferencial para o enfrentamento, porque você tendo conhecimento, você vai mostrar para os outros profissionais e comunidade que a nossa profissão não é dar, mas é uma ferramenta (Girassol).

Assim, este sujeito relata que o assistente social ainda luta contra o assistencialismo e que este é um grande desafio colocado aos profissionais. Nesta fala, pudemos perceber que o projeto ético político é um grande diferencial para a profissão, haja vista que muitos profissionais ainda desconheçam sua essência, encontrando grandes dificuldades para o enfrentamento de tais questões.

Em relação a esta mudança recente das horas, vejo como uma conquista para uns e para outros não, depende de cada realidade. É necessário uma fiscalização do CRESS e CFESS efetiva, acredito que evoluiu muito, mas o nosso papel enquanto assistentes sociais comprometidos é também denunciar essas práticas [...]

Fica uma interrogação, como a gente vai lutar pelo direito dos outros se a gente não luta nem pelos nossos (Girassol)

Segundo o depoimento do sujeito percebe-se que o profissional de Serviço Social também vive uma realidade de busca constante pela efetivação de seus direitos sociais, em relação à salários decentes, horas trabalhadas, direitos humanos e sociais. Destaca ainda sobre a importância da consciência em não ser conivente com as situações adversas de descumprimento com o código de ética profissional, cumprindo com seu papel efetivo de denuncia à atos que agridem a imagem e atuação social.

Quanto ao desafios do mundo do trabalho, esta é uma questão que aflige não somente a população usuária, a qual o Serviço Social atende, mas também os próprios assistentes sociais, os quais também são trabalhadores assalariados e que sofrem a precarização e, muitas vezes, até o desemprego.

[...] Não é um trabalho fácil [...] (Cravo).

[...] É necessário que se regularize o piso, o salário sabe. É claro que eu anseio que chegue ao final e aprove, mas hoje esta em discussão na câmara (Cravo).

Falo da prefeitura e do nosso salário, nós tentamos muito, acabamos ficando quietos e esperando novas oportunidades para tentar (Rosa).

Os depoimentos das profissionais possibilita entender a necessidade de refletir e visualizar ambos os lados da questão, fazendo a relação do eu profissional com o campo de atuação profissional, o qual pode ser grande motivador e influenciador das ações realizadas pelas assistentes sociais.

4.1.5 Identidade e Legitimação profissional

[...] existe o olhar da caridade, da bondade, e não como profissionalismo [...] (Cravo).

Durante as reflexões uma questão chamou a atenção, pelo fato de ser um assunto muito amplo e complexo, exigindo muita atenção sobre os fatos e discussões levantadas. Assim, foi levantado o seguinte questionamento.

O Serviço Social hoje tem sua identidade legitimada? Qual a minha contribuição para a afirmação desta identidade.

No papel sim, mas na prática não. Ainda a teoria esta muito mais avançada do que a prática. Nós temos que legitimar esta identidade, mas tem o outro lado a aceitar essa nova identidade, a sociedade como um todo [...] (Cravo)

Este depoimento faz repensar sobre a história, lutas e conquistas do Serviço Social, na busca por sua legitimação. Porém, quando passamos a analisar uma situação prática observamos o que este sujeito nos retrata, em relação à teoria e prática.

“A teoria ainda está muito mais avançada que a prática”. Acreditamos que, essa afirmação se dá pelo mundo atual em que nos encontramos, quando as mudanças ocorrem, mas, a sociedade como um todo, não acompanha essas mudanças. Percebe-se ainda que, as pessoas ainda estão presas ao passado e por algo que talvez seja mais cômodo, não se abrindo ao novo.

O que preocupa é que, a busca pela clareza da identidade profissional resume-se às queixas, cujo resultado normalmente é a solicitação de “teorias”, que funcionem como receituário. Neste sentido, é necessário que o profissional tenha um posicionamento crítico, teórico e reflexivo sobre seus próprios papéis, não atribuindo tão somente, suas dificuldades à conjuntura do país e ao discurso da formação profissional, tendo em vista a necessidade de se auto questionar, bem como em suas ações, valores pessoais e profissionais, reflexões sobre a sociedade e o mundo contemporâneo.

Ainda percebe-se o discurso sobre a diferença entre teoria e prática, como citado acima. O Assistente Social, deve fazer uma análise totalitária de sua realidade profissional x eu profissional, assumindo assim suas responsabilidades enquanto profissional ético e comprometido com a população usuária. Deve-se neste momento levar em consideração a quantidade de profissionais entrevistados que deram por encerrado seu processo de formação tão longo ao fim da graduação.

Ai você acaba sendo vista assim, mas como você uma assistente social, pode negar um benefício, entendeu [...]. Eu acho que toda essa nova formulação do serviço social tem sentido, porque pelo menos a gente tem onde se basear e dizer, não é assim (Cravo).

Uma vez uma pessoa olhou e disse assim para mim: Olha você seria uma grande administradora, agora para assistente social você é muito firme. Como se assistente social é aquele bonzinho, não! O assistente social na condição de gestor ele é aquele que chama atenção na hora que tem que chamar a atenção e dar na hora que tem que dar. Ai eu expliquei para a pessoa. Olha como as pessoas enxergam o serviço social (Girassol).

Observa-se ainda que, fortemente, a sociedade visualizando o Serviço Social, como caridade e assistencialismo, quando remete-se à profissão tradicionalista das décadas de 30 e 40, associado às damas de caridade e a igreja.

As pessoas ainda se prendem a este conceito social assistencial e cabe aos profissionais construir novas práticas e ações contemporâneas que vão além do imediatismo e que sejam baseadas em teorias e fundamentações concretas. Este novo conceito sobre a profissão e sua forma de atuação cabe aos próprios profissionais, através de formas de atuação contemporâneas e que visem o sujeito de forma totalitária e não fragmentada e imediatista, mas que parte de um conceito humano, através de uma teoria que embase a prática social.

Uma vez eu fui fazer uma visita e a gente percebe assim, ela mora numa casinha de um cômodo e que o marido ganha 400, 00 mas a gente quer que ela melhore a qualidade de vida, então a gente dá mil alternativas pra ela melhorar, mas quem disse que ela acha que ela não ta bem. Pra ela esta bom. É algo que você tem que respeitar a decisão dela. Ela tem que enxergar além daquele mundinho em que ela está. Mas se mesmo assim ela achar que esta bom, a gente tem que respeitar (Cravo)

Às vezes você pergunta se eles tem um sonho, mas eles nem sabem o que é isso, e devemos fazer com que eles tenham referência de vida, pois ainda é tão pequena, não conhecem outra realidade. A pessoa tem que saber por onde ela vai caminhar para alcançar o que quer. Ter metas, para não se perder (Violeta)

Mais uma vez visualiza-se, nestes depoimentos, a importância de um profissional que saiba lidar com situações adversas, tendo como base norteador o princípio do respeito pelos usuários, bem como sua identidade, histórias e realidade de vida, porém, o assistente social tem o dever de apontar novos caminhos e novas possibilidades de vida. Segundo os sujeitos da pesquisa essas ações e atuações também são formas de contribuir para a legitimação e identidade do Serviço Social na atual sociedade.

Ainda quer queira quer não a política é um entrave. Não sei dizer na área empresarial, mas municipal e na gestão é complicado. Mas isso é complicado em todas as áreas. Gestores têm que se adaptar com as mudanças. Tudo mudou. Gestores da assistência são de outras áreas, aí nos deparamos com um trabalho de assistencialismo, outros serviços. Qualquer época de campanha eleitoral é o social e a saúde (Rosa).

As pessoas são tão corruptas, porque elas se deixam ser corrompidas. Fazem trinta anos que eu estou formada, mas você se formou agora e esta com esse gás todo, parabéns maravilha, mas tem hora que gera uma indignação muito grande. Você tem referências grande hoje, mas hora que você vem pra cá e tenta articular e as portas vão se fechando, é claro que você tem oportunidade de ir a busca de um emprego novo e de algo que te desafie. Você tenta, mas se for pra você arrumar uma briga muito grande com pessoas que são muito pequenas, você vai colocar numa balança, onde você ganha e onde você perde (Violeta).

Percebe-se uma indignação muito grande dos sujeitos, quanto à política atual e a forma de agir existentes. Esses relatos nos possibilitaram evidenciar os problemas encontrados nos campos em que os mesmos atuam. Esta é a realidade atual, pessoas despreparadas assumindo cargos sociais, o que gera desmotivação e muitas vezes retrocesso do trabalho já desenvolvido e conquistado.

Percebemos ainda, uma exaustão de todo o processo vivenciado, pois são sujeitos com muitos anos de experiência, e muitas vezes negativas, o que acaba, por sua vez, podando e desmotivando o profissional.

4.1.6 Dicotomia entre discurso e prática

Eu penso em duas palavras: compromisso e conhecimento (Girassol).

Nesta última categoria, procura-se entender se há existência de uma possível dicotomia entre o discurso e a prática, desmistificando, juntamente com os sujeitos, se a profissão de Serviço Social tem importância para a vida pessoal e para os sujeitos que recebem as ações.

Assim, questiona-se qual a importância da profissão para minha vida e para aqueles a quem eu direciono meu trabalho? Em quais princípios minhas ações estão pautadas?

A profissão pra mim é uma realização pessoal, não só profissional. É necessário equilibrar as duas coisas ao mesmo tempo. É tão bom você poder ser útil na vida do outro, você direcioná-lo. Saber que de alguma forma você contribuiu para a efetivação de direitos, conquistas e realização de algo, melhoria da qualidade da saúde (Violeta)

Fica evidente nesta fala que a profissão, além de ser uma realização profissional, é uma realização pessoal. O profissional de Serviço Social é uma pessoa útil para a vida do outro, quando através do direcionamento dado, há uma contribuição positiva para a efetivação de direitos sociais.

Entretanto, fica evidente que para ser um grande profissional, é necessário que o pessoal e profissional caminhem juntos. É importante e essencial gostar do que faz para fazer a diferença na vida daqueles que necessitam do trabalho social.

Minhas ações estão pautadas no respeito, na igualdade, na ética, compromisso, comprometimento (Cravo)

[...] o bom profissional é ético, é comprometido (Rosa)

Eu penso em duas palavras: compromisso e conhecimento (Girassol).

Desta maneira, declara-se que as ações profissionais, segundo falas dos sujeitos, devem estar pautadas na igualdade, ética, compromisso, comprometimento, princípios gerais do código de ética profissional. Todos esses princípios devem estar presentes no agir do assistente social: no ouvir, falar, representar, pensar e praticar.

Porém, retratando-se aos depoimentos anteriores percebe-se algumas contradições das falas expostas, pois ao mesmo tempo que o profissional retrata em suas colocações a importância dada ao conhecimento, comprometimento e materialização do projeto ético político de Serviço Social, evidencia-se atitudes bem divergentes na prática cotidiana, quanto trata-se da interrupção na formação continuada, discurso entre a teoria e a prática, barreiras institucionais, dificuldades de apreensão da identidade e legitimidade profissional.

Diante de todas essas evidências observa-se que esta fragilidade mostra que é preciso avançar em busca deste novo olhar para a profissão, vindo pelos próprios profissionais de Serviço Social, os quais devem entender que não há como se trabalhar efetivamente e fazer frente as questões capitais e neoliberais postas, se não priorizar alguns quesitos que, hoje, tornam-se primordiais para decifrar as necessidades sociais contemporâneas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preponderante lembrar que a intenção desta pesquisa é debater o Serviço Social na contemporaneidade e contribuir com uma reflexão crítica sobre o modo de pensar e agir profissional, tendo por fundamento as perspectivas dimensões sociais da profissão.

Discutir a materialização do projeto ético político e a relação teoria e prática não é uma proposta inusitada e nem conclusiva, mas faz-se necessária, na medida em que, por meio da elucidação das contradições existentes no movimento da ação profissional, crie possibilidade de influir sobre a atuação profissional.

Sabe-se que a formação profissional em Serviço Social é marcada por embates de ordem teórico-metodológica, ético políticas e técnico operativas, o que têm refletido no cotidiano da atuação profissional. Estas contradições, além de provocar angústias entre os profissionais, têm contribuído para uma cisão no interior da categoria, ou seja, do profissional que pensa e do profissional que faz.

Conforme indagações e reflexões realizadas acerca do projeto ético político e a prática do assistente social através dos profissionais do Serviço Social, percebe-se que os depoimentos trazem sentidos e reflexões superficiais, demonstrando um conhecimento obsoleto e tradicional sobre o assunto questionado, haja vista a necessidade de obtenção de uma clareza teórica sobre a história e conquistas sobre o projeto de profissão do Serviço Social, evitando o risco de retrocesso ao pragmatismo e ecletismo em tempos de concretização da proposta ético político do Serviço Social.

Este projeto profissional, vinculado a um projeto de transformação de sociedade, reitera a teoria crítica como fundamentação para o agir profissional. Esta teoria vai ao encontro das novas exigências da profissão, na medida em que possibilita novas investigações. Por isso, torna-se imprescindível para sua materialização reconhecer que o projeto ético-político não é um produto endógeno, pronto e definitivo, muito menos uma abstração. Ao contrário, é uma longa construção social que se faz em meio a um complexo jogo de forças políticas, implicando sempre a exigência de luta por hegemonia.

Pode-se constatar que, o Serviço Social é uma profissão dinâmica, inserida no próprio contexto sócio histórico. Portanto, cabe ao assistente social modificar a sua forma de atuação profissional, em decorrência da demanda que lhe é colocada

e da necessidade de responder às exigências e às contradições da sociedade capitalista. É preciso acompanhar o movimento da sociedade e visualizar os novos espaços como possibilidades de intervenção sobre uma realidade social concreta.

Tratando-se ainda da materialização do projeto ético político, observa-se que muitas são as dificuldades vivenciadas em grande parte dos campos de atuação do assistente social, sendo ele um trabalhador assalariado e sujeito às imposições, regras e normas institucionais, que muitas vezes podem impedir o mesmo a desenvolver uma prática humanitária e voltada aos princípios que regem a profissão. Porém, estas não podem ser vistas como impedimentos, mas como desafios ao profissional, o qual através da direção ético política do trabalho profissional, o assistente social deve buscar enfrentar tais questões postas, tendo um entendimento amplo da realidade social, investigando e evidenciando meios de superação dos desafios postos ao trabalho social, sendo necessário a busca ativa e proativa, estando atentos às mudanças e transformações ocorridas. Essas afirmações também leva a refletir sobre os limites institucionais encontrados no dia a dia profissional, e a necessidade de um profissional inovador, criativo e crítico para transpor esses limites e barreiras, que muitas vezes são impostos.

Muitas vezes o Assistente Social assume as determinações, objetivos e práticas do setor e/ou da instituição em que atua, como se fossem atribuições profissionais específicas, o que pode limitar as demandas profissionais às exigências do mercado de trabalho. Isso impede a emancipação social e humana, que é a direção proposta pelo projeto ético político profissional do Serviço Social. É necessário, portanto, que pela via do conhecimento, os Assistentes Sociais possam desenvolver estratégias capazes de fazer do imediato o seu instrumento de construção do projeto profissional, comprometido com a transformação da sociedade.

Em qualquer trabalho desenvolvido no universo institucional, é de suma importância que se desenvolva uma prática consciente e refletida, que não se deixe levar unicamente pela cotidianidade, que muitas vezes configura-se como uma porta aberta para alienação e que só pode ser superada por meio de uma prática compromissada e crítica-reflexiva, pois um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos.

Na atualidade, o capitalismo, a globalização e as novas políticas neoliberais têm demandado ao assistente social uma visão crítica da realidade. Ou seja, cabe ao profissional ir além das fronteiras do imediatismo, com distanciamento necessário das funções pontuais, repetitivas e burocráticas. Cabe um constante investimento no processo de apreensão da realidade concreta e das mudanças sociais em movimento, para identificar novas possibilidades de intervenção profissional, por meio da formação continuada para desenvolvimento de novas competências e habilidades para atender as novas demandas postas à profissão.

Para tal, o exercício da profissão exige, portanto, um profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho.

Quanto a eficiência e eficácia do projeto ético político de Serviço Social na sociedade, levanta-se uma reflexão mediante as intenções profissionais para o fortalecimento de tal projeto. Pode-se perceber que diante de todas as transformações societárias e profissionais ocorridas nos últimos anos, ao profissional é exigida uma bagagem teórico-metológica que lhe permita elaborar uma interpretação crítica do seu contexto de trabalho, um atento acompanhamento conjuntural, que potencie o seu espaço ocupacional, estabelecimento de estratégias e ações para com a população usuária.

Isto significa assumir o pressuposto da ação investigativa como novas possibilidades de intervenção, na medida em que desvela o contraditório e produz as condições necessárias para o enfrentamento e superação das questões sociais que se apresentam cotidianamente. É a atitude investigativa que permite revelar a essência do problema e pensar o novo.

Entende-se que, para ocorrer o fortalecimento do projeto ético político profissional, é necessário que os profissionais de Serviço Social busquem novos conhecimentos, visando entender, decifrar e acompanhar as novas tendências e mudanças. Que o assistente social não seja um mero tarefeiro e apenas executor de ações e tarefas, mas que fundamente sua prática em uma teoria de base sólida.

É necessário pontuar também sobre a reflexão sobre a profissão durante o processo de formação acadêmica, quando através dos depoimentos dos sujeitos observa-se que a universidade não deve ser uma fábrica de diplomas e formadora de meros praticistas, mas a unidade de ensino deve ser e proporcionar ao aluno um espaço de ensino, pesquisa, extensão e produção autônoma de conhecimento, uma vez que esta política, segundo as reflexões, não garante qualidade teórica, técnica, ética e social na educação superior e se destina exclusivamente a responder às exigências do capital financeiro com expansão quantitativa de vagas e submissão às demandas do mercado.

Diante dessa conjuntura, entende-se e deve-se investir esforços para difundir o Serviço Social como uma profissão comprometida com a formulação, defesa e luta pela materialização de direitos, elegendo como eixo de debate a importância de uma formação acadêmica e profissional de qualidade e condições dignas de trabalho, como pressupostos para uma sociedade democrática, com acesso igualitário aos direitos.

Quanto ao desafios do mundo do trabalho, esta é uma questão que aflige não somente a população usuária, a qual o Serviço Social atende, mas também os próprios assistentes sociais, os quais também são trabalhadores assalariados e que sofrem a precarização e, muitas vezes, até o desemprego. Por isso, é necessário refletir e visualizar ambos os lados da questão, fazendo a relação do eu profissional, com o campo de atuação profissional, o qual pode ser grande motivador e influenciador das ações realizadas pelas assistentes sociais, uma vez que o mundo do trabalho encontra-se cada vez mais exigente e competitivo, requerendo um profissional maduro, ético, propositivo, criativo e reflexivo. Por outro lado, esquece que este profissional é uma pessoa que também têm direitos a serem efetivados, ou seja, exige-se muito e cumpre-se muito pouco dos direitos e deveres, tornando-se este mais um desafio a ser enfrentado pelos profissionais na realidade contemporânea.

Percebe-se ainda que, durante as reflexões, indagações e depoimentos trazidos pelos sujeitos da pesquisa a busca pela identidade e legitimação profissional resume-se às queixas, cujo resultado normalmente é a solicitação de “teorias”, que funcionem como receituário. Neste sentido, é necessário que o profissional tenha um posicionamento crítico, teórico e reflexivo sobre seus próprios papéis, não atribuindo tão somente, suas dificuldades à conjuntura do país e ao

discurso da formação profissional, tendo em vista a necessidade de se auto questionar, bem como em suas ações, valores pessoais e profissionais, reflexões sobre a sociedade e o mundo contemporâneo. As pessoas ainda estão presas ao passado e por algo que talvez seja mais cômodo, não se abrindo ao novo.

Realizando, portanto, um aprofundamento sobre as questões indagadas e as posições dos sujeitos, detecta-se algumas contradições expostas e atitudes bem divergentes na prática cotidiana, quanto trata-se da interrupção na formação continuada, discurso entre a teoria e a prática, barreiras institucionais, dificuldades de apreensão da identidade e legitimidade profissional.

O discurso da dicotomia entre teoria e prática revela resquícios de uma fragilidade de fundamentação teórico metodológica para uma atuação competente. Os limites se desvelam pela falta de clareza dos fundamentos históricos, teórico metodológicos que orientam a prática profissional, prevalecendo posturas conservadoras, autoritárias, discriminatórias, tecnocratas e clientelistas, enfraquecendo o projeto ético-político, cuja defesa de liberdade e da emancipação dos sujeitos sociais se fazem presentes.

Portanto, o Assistente Social tem formação para trabalhar com os serviços sociais nas mais diversas áreas; órgãos da administração pública e privada, empresas, organizações da sociedade civil, com políticas sociais na área da saúde, habitação, educação, assistência, jurídica, entre outras. A habilidade do profissional vai além de ser somente executivo, inclui a capacidade de propor, implementar, avaliar, discutir e refletir.

O trabalho destes profissionais deve ser realizado sob a perspectiva da totalidade, não visualizando apenas o indivíduo, mas as relações mais amplas, buscando formas de intervenção para sua transformação, a partir de atendimentos às demandas que se fazem presente no cotidiano profissional.

A construção de estratégias de ação envolve a disponibilidade de recursos, o poder, a organização, a informação e a comunicação, para o enfrentamento, pelo sujeito das questões postas. A luta está centrada na capacidade de fortalecer os sujeitos sociais, por meio da efetivação da condição de cidadãos, desenvolvimento da sua auto-estima, valorização das condições singulares de sobrevivência individual e coletiva, de modo a capacitá-lo para construção e projeção de sua existência social.

A disposição de estratégias de ação resulta no método de trabalho empregado pelo Assistente Social, modificando uma realidade, transformando o sujeito em ator e autor de sua história. Esta prática profissional é a verdadeira legitimação da profissão, o qual cabe ao profissional o rompimento com uma profissão tradicional e conservadora. Deste modo, compete aos profissionais uma constante e permanente formação técnica, capaz de garantir o aprimoramento de competência técnico operativa e intelectual, consolidando o compromisso ético político com a classe trabalhadora.

Outro ponto a ser ressaltado é a questão da produção de conhecimento que parece estar distante da prática profissional cotidiana dos Assistentes Sociais. Isso decorre da escassa presença da investigação no cotidiano da intervenção profissional e da interrupção da formação continuada após a graduação. Intervir na realidade de forma crítica e criativa, associada à produção de conhecimento, é o que garante ao profissional a capacidade da unidade do pensamento e ação. Portanto, é preciso que os Assistentes Sociais estejam permanentemente imprimindo na ação e no conhecimento da realidade, uma atitude investigativa e inovadora para garantir maior rigor e consistência teórico-metodológica no cotidiano da intervenção.

Ressaltamos que a atividade teórica, se distingue da prática, mas proporciona um conhecimento indispensável para a transformação da realidade. Portanto, à medida que a profissão se reconhece na divisão sócio-técnica do trabalho, enquanto profissional com capacidade de apreender o movimento do singular e do universal, mediado pela particularidade do real presente na questão social, ampliam-se significativamente as possibilidades de uma atuação transformadora.

Neste sentido, os profissionais devem passar a se apropriar de conceitos que fundamentam a prática profissional de modo a possibilitar a apreensão do ser social em sua totalidade histórica, superando a perspectiva do imediatismo enquanto profissional responsável pela resolução de conflitos morais e sociais.

Na sociedade em que vivencia-se hoje, é exigida do Assistente Social a competência de acompanhar a dinamicidade da realidade em que atua, buscando dar as respostas às contradições desta sociedade, sempre desvelando o que está posto no real aparente, levando em consideração processo histórico e contextual, de superação do imediatismo. Portanto, o atual cenário exige do profissional uma visão crítica desta realidade, buscando apreender os processos de mudanças sociais e assim, identificar novas possibilidades de intervenção profissional, perseguindo

sempre o objetivo de materializar o projeto ético-político.

O sucesso da materialização e efetivação deste projeto depende de análises precisas dos profissionais sobre as condições subjetivas e objetivas da realidade, bem como, de ações políticas coerentes com seus compromissos e iluminado pelo processo dialético em seu cotidiano. Vai exigir a adoção da ação investigativa, de modo a subsidiar sua prática, orientada por uma teoria. Isto significa ter clareza do método que guiará suas práticas, tendo em sua prática cotidiana a perspectiva da totalidade social e do seu comprometimento ético-político com a classe trabalhadora. Isso requer uma atuação profissional embasada na autonomia, com independência teórica e política de atuação nas conquistas imediatas por direitos sociais no horizonte da emancipação humana.

Tendo como base todas as reflexões e conhecimentos levantados a cerca do objeto de estudo em foco “Projeto ético político do Serviço Social”, observa-se que este é um material que contém grande significado e percepções diante dos saltos já conquistados e aqueles que ainda há de ser conquistar. Realizar uma pesquisa com foco no profissional de Serviço Social, bem como em suas ações há que se levar em conta a importância deste documento como meio de possibilitar grandes processos de auto reflexão e mudança pessoal e profissional para todos os profissionais, sujeitos da pesquisa e unidades de formação acadêmica, visando assim um Serviço Social com maior maturidade, o qual revê conceitos, visando o compromisso selado com a população usuária e legitimidade da profissão.

REFERÊNCIAS

ABESS. Formação Profissional: trajetórias e desafios. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, p. 168, 1997.

_____. CEDEPSS. “Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.” **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, p. 58, 1997.

_____. _____. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social** (com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, 1996.

ANDRADE, Maria Angela Rodrigues Alves de. **A prática de ensino no curso de serviço social**. São Paulo, 1996. 195 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

AZEVEDO, Adriana Fonseca; SARMETO, Helder Boska de Moraes. Projeto Ético Político, necessidades e direitos sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 28 , n. 92, p. 85-96, nov. 2007.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 9. ed. rev. e atual. Brasília, DF: CFESS, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2010.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, DF, 1993.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2003.

GRESS/SP 9ª Região. (Org.). **Legislação brasileira para o Serviço Social: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação do(a) Assistente Social**. São Paulo, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e Ideologia do trabalho Social**. São Paulo: Cortez, 1981.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1988.

MACEDO, Mirtes de Aguiar. **Reconceituação do Serviço Social: formulações teóricas**. São Paulo: Cortez, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa : planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

_____.; RODRIGUES, Maria Lúcia; MUCHAIL, Salma (Org.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Agir, 1997.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: censo demográfico 2010: resultados do universo**.

Disponível

em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#indicadores>. Acesso em: 20 maio 2011.

MIRANDA, Ana Paula Rocha; CAVALCANTI, Patrícia Barreto. **O Serviço Social e sua ética profissional. Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**, ano 1, n. 2, jul. 2005. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br/biblioteca.php>>. Acesso em: 13 maio 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1996.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo. Os desafios éticos e políticos da sociedade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1998.

PAULO NETTO, José . **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Mod 1. Brasília, DF: CEAD: CFESS: ABEPSS, 1999.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. O movimento de reconceituação – 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 94, p. 21-36, nov. 2005.

_____.; PALMA, Diego. **A prática política dos profissionais: o caso do Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.

ROESLER, Marli. **Recortes temáticos: nossas reflexões nos anos 20 do Curso de Serviço Social da Unioeste**. São Paulo: Edunioeste, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Formação profissional do assistente social: Inserção na realidade social e na dinâmica da profissão**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 2007.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Metodologia do Serviço Social: contribuição para sua elaboração**. Rio de Janeiro: Agir, 1985.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

1- Identificação

Nome do Assistente Social:

Data de nascimento:

2 - Formação Profissional

Graduação:

Faculdade:

Cidade:

Ano de conclusão:

Título do trabalho de conclusão de curso

Outros Cursos (Especialização, mestrado, doutorado)

Nome do curso:

Faculdade:

Cidade:

Ano de conclusão:

Título do trabalho para conclusão:

3- Exercício Profissional (atual)

Instituição:

Setor:

Função:

Início:

Outras experiências profissionais como assistente social

Instituição:

Setor:

Função:

Início:

- I- O que você entende por Projeto Ético Político de Serviço Social
- II- O que significa para você ter ética profissional
- III- Como você efetiva a ética em sua prática profissional
- IV- Em quais princípios suas ações e práticas profissionais estão pautadas
- V- Qual a importância dada ao Projeto Ético Político de Serviço Social, em relação a sua prática profissional.

APÊNDICE B – ROTEIRO DO GRUPO FOCAL

- 1- O que é o Projeto Ético Político de Serviço Social e qual a importância dada a este conceito?
- 2- O Projeto Ético Político está sendo materializado no trabalho realizado pelo Serviço Social? De que forma?
- 3- O que contribui para o fortalecimento deste projeto na sociedade contemporânea? Qual meu papel mediante este processo?
- 4- A formação acadêmica influencia diretamente na reflexão teórico-prática sobre o significado social da profissão?
- 5- Quais os desafios do mundo do trabalho postos a nós, Assistentes Sociais? O Projeto Ético Político tem sido base para enfrentamento de tais desafios?
- 6- O Serviço Social hoje tem sua identidade legitimada? Qual a minha contribuição para a afirmação desta identidade.
- 7- Qual a importância da profissão para minha vida e para aqueles a quem eu direciono meu trabalho? Em quais princípios minhas ações estão pautadas?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE:

DATA DE NASCIMENTO: IDADE:

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº SEXO: M () F ()

ENDEREÇO:

BAIRRO: CIDADE: ESTADO:

CEP: FONE:

Eu, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **Análise da direção ético política do assistente social na perspectiva do projeto hegemônico profissional**. O projeto de pesquisa será conduzido por Fernanda dos Santos Varandas, do curso de **Pós Graduação nível mestrado**, orientado pelo Prof (a). Dr(a) **Pe. Mário José Filho**, pertencente ao quadro *docente da Universidade Estadual Paulista - UNESP*. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de Dissertação, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de de 2011

Assinatura do participante

(assinatura)

Pesquisador Responsável

Nome: Fernanda dos Santos Varandas

Endereço: Alfredo Fernandes, 359

Tel: 97530160

E-mail: fernanda.s.varandas@hotmail.com

(assinatura)

Orientador

Prof. (ª) Dr. (ª) Pe. Mário José Filho

Endereço:

Tel: email: marjofi@terra.com.br